



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

POLIANA APARECIDA DE ARRUDA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOB O OLHAR DOS
BENEFICIÁRIOS DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR
DE SÃO PAULO**

CAMPINAS
2017

POLIANA APARECIDA DE ARRUDA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOB O OLHAR DOS
BENEFICIÁRIOS DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR
DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação, na área de Interdisciplinaridade e Reabilitação.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ZELIA ZILDA LOURENÇO DE CAMARGO BITTENCOURT

**CAMPINAS
2017**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas
Ana Paula de Moraes e Oliveira - CRB 8/8985

Ar69p Arruda, Poliana Aparecida, 1987-
Programa Bolsa Família sob o olhar dos beneficiários de um município do interior de São Paulo / Poliana Aparecida de Arruda. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Zelia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas.

1. Programa Bolsa Família. 2. Políticas públicas. 3. Condições sociais. 4. Vulnerabilidade social. I. Bittencourt, Zelia Zilda Lourenço de Camargo, 1949-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Bolsa Familia program under the eyes of the beneficiaries of a municipality in the interior of São Paulo

Palavras-chave em inglês:

Bolsa Família Program

Public policy

Social conditions

Social vulnerability

Área de concentração: Interdisciplinaridade e Reabilitação

Titulação: Mestra em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação

Banca examinadora:

Zelia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt [Orientador]

Maria de Fátima de Campos França

Neide Aparecida de Souza Leffeld

Data de defesa: 10-07-2017

Programa de Pós-Graduação: Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação

BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO

POLIANA APARECIDA DE ARRUDA

ORIENTADOR: PROFA. DRA. ZELIA ZILDA LOURENÇO DE CAMARGO BITTENCOURT

MEMBROS:

1. PROFA. DRA. ZELIA ZILDA LOURENÇO DE CAMARGO BITTENCOURT

2. PROFA. DRA. MARIA DE FÁTIMA DE CAMPOS FRANÇOZO

3. PROFA. DRA. NEIDE APARECIDA DE SOUZA LEHFELD

Programa de Pós-Graduação em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros da banca examinadora encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

Data: 10/07/2017

RESUMO

O Bolsa Família é o principal programa de transferência de renda condicionada do Brasil cuja finalidade é o combate à fome e miséria e a emancipação das famílias mais pobres do país. Esta investigação teve como objetivo conhecer o olhar dos beneficiários sobre o Programa Bolsa Família em sua condição de vida. Tratou-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo tendo como público alvo pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família da região do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Leste do Município de Mogi Guaçu/SP. A amostra foi constituída intencionalmente por meio de saturação teórica de dados. Inicialmente, foi realizada uma consulta a dados do Cadastro Único do ano de 2015, para se conhecer a série histórica da população beneficiária do programa no território em questão. Para a coleta de dados realizou-se contato com os beneficiários à medida que se dirigiam ao atendimento no CRAS, para convidá-los a participar do estudo por meio de uma entrevista que foi norteada por questões semiestruturadas e gravada com a autorização dos participantes. Os dados foram transcritos e categorizados e realizada a análise de conteúdo temático proposta por Bardin com base na literatura pesquisada. Os participantes da investigação assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os achados apontaram que todos os participantes eram mulheres com idade variando de 27 a 53 anos, a maioria casada ou em união estável, poucos anos de escolaridade, sem vínculo empregatício, realizando atividades informais ou sazonais na lavoura, 10 dessas mulheres eram responsáveis pela unidade familiar. Questionadas sobre o conhecimento e a forma de utilização do benefício, a maioria referiu ter sido informada por amigos ou vizinhos e o mesmo se destinava primordialmente a alimentação. Quanto ao significado do Programa Bolsa Família em suas vidas, reconhecem o benefício como ajuda e não como direito e política pública. Referiam que as condicionalidades do programa foram importantes na vida dos filhos que não faltavam às aulas e mantinham a carteira de vacinação em dia e alguns questionamentos sobre as mesmas foram no sentido de estarem ligadas a serviços públicos precários. Observou-se de forma recorrente que a percepção dos beneficiários sobre as mudanças ocorridas em suas vidas estava ligada ao complemento da renda, pois o provimento ajuda no sustento da família. Demonstraram ter consciência da temporalidade do benefício, porém ainda necessitam de formas de acesso ao mercado de trabalho, ficando evidente a necessidade de políticas públicas articuladas. Quando questionadas sobre o que entendem por qualidade de vida, as respostas apontaram que este conceito está ligado a demandas prioritárias de sobrevivência como a alimentação e moradia, e os sonhos e expectativas estão ligados às estas necessidades básicas cotidianas. Diante desses achados, constata-se a necessidade de maior articulação intersetorial do Programa Bolsa Família, na busca da efetividade enquanto política social, com estratégias e ações coerentes com o perfil dos beneficiários e da realidade local para o enfrentamento das diversas vulnerabilidades.

Palavras Chaves: Programa Bolsa Família; Políticas públicas; Condições sociais; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

Bolsa Família is Brazil's main conditional income transfer program whose purpose is the fight against hunger and misery and the emancipation of the country's poorest families. The aim of this research was to know the point of view of the beneficiaries about the Bolsa Família Program in their condition of life. It was an exploratory study of a qualitative nature, with the target audience being beneficiaries of the Bolsa Família Program from the east CRAS – Reference Center of Social Assistance – located in the city of Mogi Guaçu, in the state of São Paulo. The sample was intentionally constituted by theoretical data saturation. Initially, the data from the Cadastro Unico of the year of 2015 were consulted to know the historical series of the beneficiary population of the program in the mentioned territory. For the data collection, the beneficiaries were approached as soon as they came to the CRAS service and they were invited to engage in the study through an semi-structured interview that was guided by questions and recorded with the authorization of the participants. The data was transcribed and categorized and the thematic content analysis proposed by Bardin based on the researched literature was performed. The research's participants signed a Term of Free and Informed Consent. The findings indicated that all participants were women with age ranging from 27 to 53 years old, most of them married or in a stable relationship, they had few years of schooling, no employment bond, performing informal or seasonal activities in the countryside, and 10 of those women were responsible for their household. Asked about the knowledge and the way of using the benefit, most reported being informed by friends or neighbors and it was primarily intended for food. Regarding the meaning of the Bolsa Família Program in their lives, they see the benefit as a help and not as a right and a public policy. They said the conditionalities of the program were important for their children's lives who did not miss classes and kept their vaccination up to date and some of them questioned the quality of precarious public services to which they were linked to. It was recurrently observed that the beneficiaries' perception of the improvements that occurred in their lives was related to the income help, as the Bolsa Família Program helps providing and supporting the household. They demonstrated to be aware of the temporality of the benefit, however, they need ways of accessing the labor market, making it clear the necessity of articulated public policies. Questioned about what they mean by 'quality of life', the answers indicated that this concept is linked mostly to primary survival demands, such as food and shelter, and dreams and expectations are also related to the basic daily necessities. These findings point to the necessity of a greater intersectoral articulation of the Bolsa Família Program in the effectiveness as a social policy, with strategies and actions coherent to the profile of the beneficiaries and the local reality to face their various vulnerabilities.

Keywords: Bolsa Família Program; Public policy; Social conditions; Social vulnerability

LISTA DE SIGLAS

CNAS	- Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LBA	- Legião Brasileira de Assistência Social
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NOB/SUAS	- Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social
PAEF	- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	- Programa Bolsa Família
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
PTR	- Programas de Transferência de Renda

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Transferência de Renda: um percurso histórico	15
1.2 O Programa Bolsa Família	17
1.3 Porta de Entrada e/ou Porta de Saída? Problematizando o Programa Bolsa Família	22
1.4 Conhecendo o contexto local: O Programa Bolsa Família em Mogi Guaçu/SP - Território CRAS Zona Leste	25
2. OBJETIVOS	28
2.1 Objetivo Geral	28
2.2 Objetivos Específicos	28
3. SUJEITOS E MÉTODOS	29
3.1 Desenho Metodológico	29
3.2 Aspectos Éticos	30
3.3 Participantes	30
3.4 Critérios de Inclusão	30
3.5 Local da Pesquisa	30
3.6 Procedimentos de Coleta de Dados	31
3.7 Análise dos dados	31
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33
4.1 Conhecimento e forma de utilização do benefício	40
4.2 Ajuda ou Direito? O significado do benefício	43
4.3 O olhar do beneficiário frente às condicionalidades do PBF	47
4.4 Mudanças ocorridas após o benefício	52
4.5 Porta de entrada e/ou porta de saída: possibilidades do Programa Bolsa Família	54
4.6 Qualidade de vida	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXOS	77

1. INTRODUÇÃO

As questões ligadas à pobreza, à fome, à desigualdade social, bem como o desafio da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ocupam mentes de pesquisadores e de gestores públicos, principalmente em países com altas taxas de desigualdade como o Brasil⁽¹⁾.

Diante dessa realidade, emerge a necessidade de se criar políticas sociais compensatórias para minimizar tais danos, tendo o Estado como intermediador na redução da pobreza e da desigualdade, sendo importante contextualizar historicamente como a assistência social transformou-se em política pública em nosso País.

A partir do Estado Novo (Getúlio Vargas – 1937-1945) as políticas sociais se desenvolveram de forma crescente como resposta às necessidades do processo de industrialização⁽²⁾. O avanço do capitalismo industrial na década de 1930, acarretou a intensificação da exploração da força de trabalho e o agravamento significativo nos níveis de desigualdade social, aprofundando as expressões da questão social, principalmente a pobreza. Dentro deste contexto, surgiu a necessidade da construção de um sistema de proteção social, para regular e minimizar as mazelas sociais⁽³⁾.

Desse modo, para atender à necessidade emergente da classe operária, as ações no âmbito da proteção social se redefiniram como parte de um acordo entre as classes sociais, enquanto que, para o trabalhador pobre, sem carteira assinada ou desempregado, restava as ações sociais que se ocupavam de assistência social por meio de um atendimento fragmentado e assistencialista, acarretando a segregação dos mais pobres, com a ação filantrópica sob a perspectiva da doutrina social da Igreja⁽²⁾.

A atenção para essa população seguiu a lógica que, só merece o bem sob critérios de méritos, reforçando a cultura de que “para os pobres qualquer coisa basta”. Nessa lógica, o Estado reforça o assistencialismo, sem a definição de uma política pública⁽²⁾.

Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), considerada a primeira instituição de abrangência nacional de assistência social, para atender às famílias dos combatentes da 2ª Guerra Mundial. A criação da LBA reforçava a lógica de práticas assistencialistas, clientelistas, primeiro-damismo¹ e “favor aos pobres”⁽⁴⁾. Nesse sentido, as ações de caráter emergenciais e assistenciais, realizadas pela LBA, predominaram durante boa parte da trajetória da assistência social brasileira, como ato de vontade e não de direito de cidadania⁽⁵⁾.

Com o passar do tempo, as formas de atender aos pobres, gestadas pela filantropia e pelo assistencialismo, evoluem até os programas explicitamente anunciados como de combate à pobreza. Desta forma, no âmbito da assistência social, foram desenvolvidas políticas segmentadas para as diversas faixas etárias e necessitados de ajuda material⁽²⁾.

Com as transformações decorrentes do modo de produção capitalista, tornou-se visível a ampliação da desigualdade, sobretudo, a má distribuição de renda que gerava cada vez mais, a miséria e a pobreza no País. Esse cenário foi propício para que a população se organizasse e passasse a expressar sua insatisfação, por meio dos movimentos sociais de caráter reivindicatórios que se fortaleceram especialmente entre os anos 1970 e 1980⁽³⁾.

Naquele momento de transição democrática, surgiu no setor assistencial a necessidade de criar práticas inovadoras que refletissem a nova realidade nacional e a população pedia respostas mais ágeis e efetivas de uma política assistencial. Desde então, passou-se a discutir formas de se efetivar uma política pública de assistência social, com práticas de inclusão dos despossuídos, garantindo os direitos sociais⁽⁶⁾. A Constituição Federal Brasileira de 1988, por sua vez define e implementa a seguridade social, na qual, assistência social, previdência social e saúde constituem o tripé que sustenta esta política no País⁽³⁾.

Diante disso, foi construída uma proposta de Lei Orgânica⁽⁷⁾ e de Política de Assistência Social⁽⁸⁾, em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, tendo a Constituição Federal de 1988⁽⁹⁾ como o marco legal para a redefinição da Assistência Social no Brasil.

¹ Nomeação a primeira dama como secretária de assistência social.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social⁽⁹⁾.

Cabe ressaltar que no capítulo da seguridade social, da Constituição Federal há uma seção específica para a assistência social que prevê, em seus artigos 203 e 204, os destinatários desta política indicando a fonte dos recursos que custearão tais ações e as diretrizes a serem adotadas por ela⁽⁹⁾.

Nesse contexto, promoveu-se ampla reorganização institucional da assistência social no País, que culminou na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993⁽⁷⁾ – reconhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelecendo a responsabilidade do Estado na condução das ações da assistência social, delineando um comando único para essa política, em cada esfera de governo⁽⁷⁾. Tal fato resultou na transformação de mentalidade visto que a assistência social no país ganha status de uma política pública como um direito social, sendo o homem agora, visto como cidadão.

Com a ruptura do modelo assistencialista e clientelista, as estruturas federais que durante décadas representaram a prestação de serviços assistenciais no Brasil, se viram condicionadas a dar lugar à implantação de um sistema descentralizado e participativo para a assistência social, tendo como novo paradigma o direito social, à medida que passaram a ser definidas como política pública.

Diante dessas alterações que regulamentaram a Política de Assistência Social, passou a ser obrigatória a realização das Conferências Nacionais de Assistência Social onde os trabalhadores e interessados discutiram os rumos para a Assistência Social Brasileira.

Nesse sentido, surgem também a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)⁽⁸⁾ e a Norma Operacional Básica para o Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)⁽¹⁰⁾, que materializam a nova dimensão da assistência social brasileira com os reordenamentos institucionais, definindo as responsabilidades, hierarquias e territorialização da proteção social no país, com novas formas de atendimentos, financiamentos, pactuação e controle social⁽¹⁰⁾. Neste sentido entende-se a importância do controle social, com a atuação da sociedade civil nos diversos órgãos

que a representam na gestão das políticas públicas a fim de verificar se as demandas são atendidas⁽¹¹⁾, priorizando a atenção às famílias e seus membros, em situação de fragilidade, vulnerabilidade e vitimização a partir do seu território de vivência⁽⁸⁾.

A Política de Assistência Social brasileira, portanto, está centrada na família e deve levar em conta a responsabilidade do Estado, sobretudo na oferta de serviços atrelados a proteção social, de seus membros com ações efetivas⁽⁸⁾. Entende-se por proteção social as formas institucionalizadas para proteger o conjunto de sua população, contra riscos, perdas e danos pessoais e sociais, que afetam as condições de vida do cidadão. Essa segurança pode se dar tanto sob a forma de transferência de renda como de autonomia que permitam a sobrevivência e a integração dos indivíduos na vida social⁽⁸⁾.

Com isso, a Assistência Social passa a direcionar ações por meio de serviços, programas e projetos, conforme Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) 109/09⁽¹²⁾, conhecido nacionalmente como Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, onde se define níveis de complexidade para as ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a saber: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Nesse sentido, cabe ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), a operacionalização das ações de proteção social básica e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), as ações de proteção social especial⁽¹²⁾.

O CREAS é uma unidade pública da política de assistência social onde são atendidas famílias e pessoas que se encontram em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Compete, portanto, ao CREAS executar ações de proteção social especial de média e alta complexidade, através do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como abordagem social, serviço para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias e o serviço de medidas socioeducativas em meio aberto.

O PAEFI é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento às famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende a atenção e orientação direcionadas a promoção de direitos, a preservação dos vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da

função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as deixam vulneráveis e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social⁽¹²⁾.

A equipe mínima de referência para atender tal serviço em um município de grande porte deve ser composta por 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 advogado, 4 profissionais de nível superior ou médio e 2 auxiliares administrativos⁽¹²⁾.

O CRAS, também é uma unidade pública da política de assistência social, sendo a porta de entrada dessa política, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social. Compete ao CRAS executar ações de proteção social básica, devendo desenvolver serviços sócio-assistenciais, socioeducativos e de convivência voltados às famílias consideradas vulneráveis e prioritariamente às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

Neste contexto, o Programa Bolsa Família está inserido na Política Nacional de Assistência Social, com ações focalizadas na família, através do serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF), do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas idosas e com deficiência⁽¹³⁾.

No CRAS, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem se inscrever no Cadastro Único para ter acesso aos programas sociais do governo federal⁽⁸⁾.

Tendo conhecimento do território de atuação, a equipe do CRAS pode apoiar ações comunitárias por meio de palestras, campanhas e eventos junto à comunidade na construção de soluções para o enfrentamento de problemas comuns, como falta de acessibilidade, violência no bairro, trabalho infantil, falta de transporte, baixa qualidade na oferta de serviços, ausência de espaços de lazer e cultura, entre outros⁽¹³⁾.

A equipe mínima de referência para atender este serviço em um município de grande porte, deve ser composta por 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS² e 4 técnicos de nível médio⁽¹²⁾.

² A equipe deve ser composta de acordo com as diretrizes da NOB-RH, poderão compor o SUAS: Assistente social, Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta ocupacional e Musicoterapeuta.

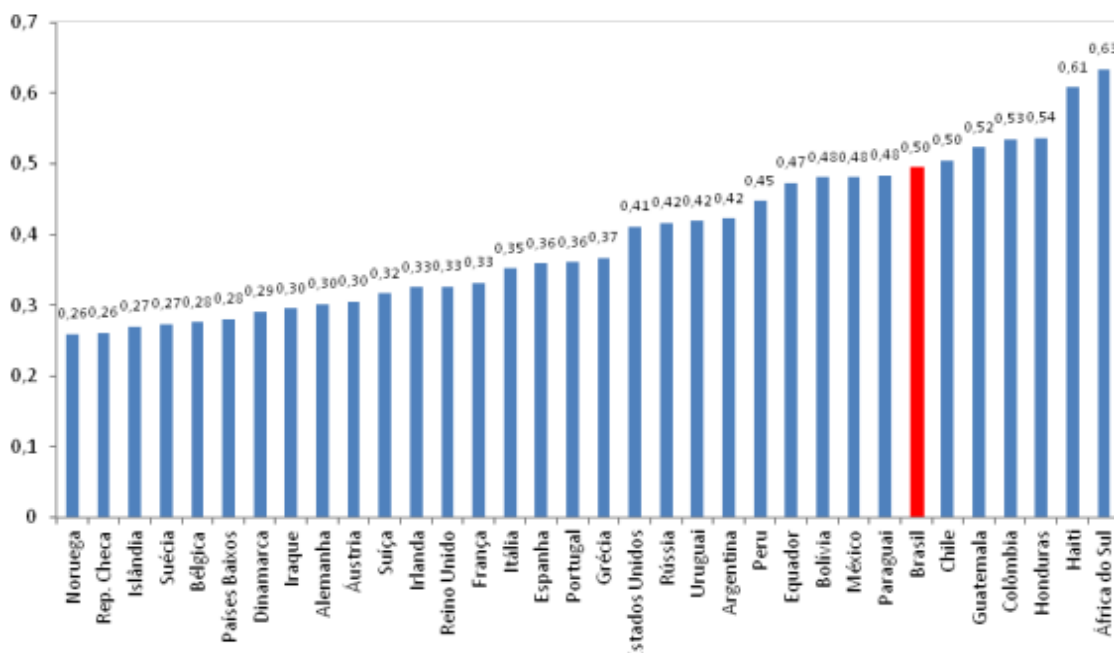
A literatura aponta a importância do CRAS na execução do Programa Bolsa Família e no processo de estimular a autonomia aos beneficiários. A convivência e a participação em atividades e aconselhamentos desenvolvidos neste local têm contribuído para a conscientização sobre direitos, inserção social e melhoria do bem-estar das mulheres, fatores evidenciados pelo interesse das mesmas por cursos, oficinas, informações sobre programas sociais e atendimento psicológico⁽¹⁴⁾.

Os profissionais dos CRAS, por sua vez, relatam que é possível observar melhoria nas condições de vida, nas relações familiares e autoestima refletindo no empoderamento feminino, ou seja a conscientização da necessidade da participação social como forma de garantia de direitos, como a igualdade de gênero. Esta ação consiste no posicionamento das mulheres em todos os campos sociais, políticos e econômicos, participando de debates e tomada de decisões importantes para o futuro da sociedade⁽¹⁵⁾.

Portanto, embora sendo um processo lento e simples, pode-se dizer que a conquista da autonomia das mulheres beneficiárias do Bolsa Família consegue atingir às dimensões individual, familiar e comunitária⁽¹⁴⁾.

Assim, o empoderamento, entendido como a capacidade de indivíduos e grupos decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, é utilizado no contexto dos beneficiários do Programa Bolsa Família, no âmbito das políticas públicas, enfatizando seu protagonismo⁽¹⁴⁾.

É importante considerar que o Brasil, historicamente, sofre com a má distribuição de renda, com grande número de pessoas que se encontram abaixo da linha da pobreza, apresentando alto índice de desemprego e analfabetismo. Nessa lógica, pesquisas apontam que há desigualdade entre os estratos mais altos da sociedade em relação ao restante da população. Tais constatações afeta o debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil e no mundo, em que países latino-americanos em geral, e particularmente o Brasil, destacam-se pela elevada desigualdade da distribuição da renda⁽¹⁶⁾. Tal fato pode ser observado no gráfico nº 1.



Fonte: Banco Mundial (World Development Indicators) – Dados de 2013 ou último disponível. Para Brasil, IBGE/PNAD 2013.

Gráfico 1: Índice de Gini³ de Países selecionados em 2013

Tal fato foi um dos motivadores para a criação do Sistema Único de Assistência Social enquanto política social, tendo o CRAS e o CREAS na complementação de ações de transferência de renda. Nesse sentido, cabe ao Estado, enquanto provedor de políticas públicas, o papel de mediar essas ações a fim de reduzir cada vez mais a pobreza e a desigualdade⁽¹⁷⁾.

1.1 Transferência de Renda: um percurso histórico

Os Programas de Transferências de Renda (PTR) surgiram como alternativa para combater a miséria no País, com a concepção de que os beneficiários teriam autonomia para decidir como utilizar o benefício, pois ninguém melhor que eles para saber quais seriam suas prioridades. De outra forma, trazem a ideia que estes beneficiários são cidadãos com capacidade para exercer sua cidadania e podem ocupar seu papel como agente econômico ativo na sociedade.

³ O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo do zero menos desigual.

Tudo isso permite uma melhoria das suas condições de vida e de sua família e, conseqüentemente, alivia as situações de miséria em que se encontram⁽¹⁸⁾.

A partir da década de 1990, vários programas de transferência de renda foram implantados pelo governo federal, através de projetos de lei e com base em experiências pioneiras de programas estaduais e municipais já existentes a exemplo do Programa de Renda Mínima⁽¹⁹⁾. Nesse sentido, foram criados o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás, entre outros, sendo todos fundamentados em condicionalidades não contributivas, possibilitando a adoção de políticas públicas de transferência de renda no contexto do sistema de proteção social brasileiro⁽¹⁹⁾.

Esta formatação teve inspiração no Programa Comunidade Solidária, cujo objetivo era o enfrentamento da fome e da miséria. Este programa foi vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República e aprovado pelo Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995⁽²⁰⁾, presidido pela primeira dama do país, Ruth Cardoso até o fim de 2002⁽²¹⁾. Através do referido programa buscou-se introduzir no campo das políticas públicas, novas formas de gerenciar os problemas sociais, impedindo ações fragmentadas com redução de recursos e troca de favores, entre outros⁽²²⁾.

Nesse cenário, surgiu à necessidade de criar um mecanismo para unificar todos os PTR, na busca de superar as deficiências dos diversos programas que pactuavam com o Comunidade Solidária traziam, como fragmentação, setorização, desarticulação, superposição⁽¹⁹⁾. Tais necessidades foram identificadas na transição do governo FHC (1999-2002) para o governo Lula (2003-2006)⁽²³⁾.

Em 2003, já com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, deu-se início ao programa Fome Zero, estratégia de enfrentamento da fome e pobreza, culminando na junção de todos os PTR, dando lugar ao Programa Bolsa Família (PBF) que por sua vez, expandiu a abrangência às famílias em situação de vulnerabilidade social, contribuindo assim, para os mecanismos de controle e gestão de políticas públicas sociais de transferência de renda⁽¹⁹⁾.

Conforme destaca Rego *et. al.* em seu livro *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*⁽²⁴⁾, essa mudança foi essencial, pois seria difícil pensar estruturas de políticas mais participativas ou estruturas capazes de estimular

a cidadania sem atender às necessidades básicas da vida humana. Desta forma, cabe ressaltar que:

(...) os programas de transferência de renda são entendidos “como aqueles que atribuem uma transferência monetária a indivíduos ou famílias, de forma compensatória, com vistas a romper com o ciclo vicioso que aprisiona grande parte da população brasileira nas amarras da reprodução da pobreza”⁽²⁵⁾.

Cabe ressaltar que estudos internacionais revelam que os PTR causam efeitos positivos no desenvolvimento, especialmente na diminuição da extrema pobreza e da fome, fomentando a criação de bens e serviços básicos para os indivíduos vulneráveis garantindo uma maior frequência escolar das crianças, equidade de gênero e “justiça social”⁽²⁶⁾.

Ademais, no cenário das políticas públicas brasileiras, os programas de transferências de renda e dentre eles o Programa Bolsa Família, ganharam relevância diante dos desafios do Estado social, tornando-se tema recorrente na extensa literatura sobre políticas sociais. O Estado social traz enquanto proposta, traduzidas pelas propostas do Welfare State, a configuração de uma forte presença das concepções universais, igualitárias e de sistema de proteção social⁽²⁷⁾.

1.2 O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pela medida provisória nº 132, de 20 outubro de 2003⁽²⁸⁾, transformada em Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004⁽²⁸⁾ e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004⁽²⁹⁾. Surgiu com o objetivo central de combater a pobreza e a desigualdade no Brasil⁽³⁰⁾.

A sustentação ideológica do PBF, ocorre por meio de três eixos elementares: transferência de renda para alívio imediato da pobreza; o acesso a direitos por meio das condicionalidades⁴ que oferecem aos beneficiários condições para quebrar o ciclo de pobreza e oportunidades de inclusão social e, por fim, a articulação com outras ações, contribuindo para integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias⁽³¹⁾.

⁴ Condicionalidades são compromissos que as famílias devem cumprir, na área da educação, saúde e assistência social.

Art. 4º Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação a seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são:

I – Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social;

II - Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;

III – Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;

IV – Combater a pobreza e,

V – Promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público⁽²⁹⁾.

Para garantir a efetividade do PBF, Tavares *et al.*⁽³²⁾, esclarecem, que a gestão do benefício do PBF deve ser compartilhada entre os entes federados. Assim, cabe ao governo federal, elaborar o “desenho do Programa bem como a sua normatização e ainda, o repasse dos recursos gastos com a política”. Contudo, os municípios são os principais gestores do programa junto às famílias.

Importa salientar que no Brasil, o Bolsa Família é considerado o Programa de maior alcance nacional no que se refere à distribuição de renda do governo federal. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome (MDS), o Programa, atende aproximadamente cerca de 13,9 milhões de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza⁽³³⁾. Em 2003, 12% dos brasileiros estavam na condição de pobreza extrema enquanto que em 2008, devido ao acesso ao PBF, esse percentual diminuiu para 4,8%⁽³¹⁾. Dados do IPEA⁽³⁴⁾ endossam os números acima, e apontam para o aumento de 14% na renda per capita domiciliar entre os 10% mais pobres no período de 2011 a 2012.

Contudo, é importante entender os Programas de transferência de renda como uma política social, centrada na proteção social, como o início de um processo que levaria os beneficiários a buscar sua emancipação⁽³⁰⁾.

O PBF trouxe como inovação, atender famílias com renda per capita que não ultrapasse o valor definido em lei, independente da autonomia e empoderamento das mesmas, ou seja, trouxe possibilidades não somente de

compreensão e ações livres, mas também o questionamento e ações transformadoras, além da preocupação e o cuidado com as condicionalidades que acabam por refletir na inclusão social⁽³⁵⁾.

Neste sentido, Neri⁽³⁶⁾, afirma que tais benefícios deixam as pessoas menos pobres no presente, pois as condicionalidades incentivam o investimento nas pessoas, buscando reduzir a pobreza no futuro⁽³⁶⁾. Importante considerar que existem muitos debates relacionados às condicionalidades, suscitando questões polêmicas. No escopo do programa a condicionalidade aparece como um mecanismo de garantia de acesso aos direitos sociais básicos, como educação e saúde, visando romper o ciclo de pobreza. Segundo Silva⁽²³⁾, as condicionalidades, no entanto, constituem estruturas de articulação que visam garantir o acesso aos benefícios oferecidos para assim compor uma base de inclusão. Porém deve-se considerar que para que essa inclusão ocorra, é necessário um arranjo complexo de vários fatores, visto que a pobreza é resultado não só da ausência de renda ou dificuldade de acesso aos serviços sociais, pois decorre de múltiplos determinantes como o psicossocial, cultural, econômico e geográfico. Assim a oferta pública de serviços deve se aproximar das famílias constituindo um sistema articulado, ativo e com qualidade para que consiga amparar essas famílias. Atualmente o que se observa é uma carência da articulação desses aspectos no trato das políticas públicas.

Segundo Bueno em seu artigo *As condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania*⁽³⁷⁾, os programas condicionados podem ter uma visão negativa pelo fato de estar atrelado a serviços públicos precários, o que evidencia uma inversão de responsabilidades: enquanto os pobres devem prestar conta de suas carências, procurando resolvê-las para que acesse um direito, os governos não cumprem com suas obrigações no que diz respeito à oferta de serviços públicos universais e de qualidade.

Por outro lado, pode-se refletir positivamente sobre as condicionalidades, uma vez que não existe hoje o amparo do Estado em todas as situações de risco pessoal ou social da família, podendo inferir que através dos programas condicionados há de certa forma, uma ampliação de acesso dos usuários a esses direitos. Nesse sentido Senna *et. al.* em seus estudos *Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?*⁽³⁸⁾, afirmam que as

condicionalidades possibilitam de forma intersetorial, o acesso da população pobre aos serviços sociais básicos, favorecendo a interrupção do ciclo geracional da pobreza, configurando-se dessa maneira, como uma “porta de saída” do programa.

De acordo com Ávila *et. al.*⁽³⁹⁾ para combater a pobreza, a política almeja combinar objetivos de curto prazo, mediante a distribuição de renda às famílias pobres e de longo prazo, através do investimento em capital social e humano das crianças e adolescentes, diminuindo a pobreza existente.

Cabe ressaltar que em relação às condicionalidades na área da saúde, o PBF determina que mães de crianças de 0 a 6 anos devam ser acompanhadas nos aspectos nutricionais e de vacinação. Mulheres de 14 a 44 anos, devem fazer o acompanhamento médico e, se gestantes nutrízes realizar o pré-natal⁽³³⁾. No que tange a educação, os filhos devem frequentar a escola, exigindo-se 85% de presença das crianças e adolescentes na faixa entre 6 a 15 anos, e 75% de frequência escolar para aqueles que se encontram entre 16 a 17 anos⁽³³⁾. Quanto à assistência social, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e famílias em risco, devem participar dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV). As famílias em descumprimento de condicionalidades devem ser acompanhadas pela equipe técnica que faz a gestão do programa no município. Importante ressaltar que tal descumprimento está sujeito aos regulamentos do Programa, são gradativos e podem variar de advertência, bloqueio, suspensão ou cancelamento do benefício, e até mesmo o desligamento das famílias beneficiárias⁽³³⁾. Todos esses aspectos representam uma dimensão fundamental no desenho do PBF.

Cabe ainda refletir sobre a responsabilização do Estado em disponibilizar serviços sociais básicos com qualidade para a população e se assim fosse estes seriam utilizados por todos sem a necessidade de imposição e obrigatoriedade, com ações de caráter educativo, com orientações, encaminhamentos e acompanhamentos das famílias para a adequada utilização dos serviços disponíveis ampliando os direitos sociais, contrapondo-se às restrições, imposições ou obrigatoriedades⁽²³⁾.

No que diz respeito à remuneração⁵ da família pelo PBF, esta representa a soma dos vários tipos de benefícios previstos no Programa sendo que os mesmos dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária. São eles:

- **Benefício Básico**, no valor de R\$ 77,00, é pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 77,00).
- **Benefícios Variáveis**, no valor de R\$ 35,00, (para famílias de até cinco pessoas), vinculados à criança ou adolescente de zero a 15 anos; vinculados à gestante e vinculados à nutriz.
- **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente**, no valor de R\$ 42,00 (até dois por família). Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição.
- **Benefício para Superação da Extrema Pobreza**, em valor calculado individualmente para cada família, pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 77,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa. O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e número de pessoas na família, para se garantir um piso de R\$ 77,00 por pessoa⁽³³⁾.

É imprescindível destacar que a inclusão das famílias em programas sociais como o Bolsa Família depende de critérios exclusivos de cada programa, analisados por dados constantes no Cadastro Único.

O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda considerando-se a renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos⁶. As famílias que se encontram nestas condições e inscritas no Cadastro podem ser incluídas como beneficiárias do Programa Bolsa Família⁽⁴⁰⁾.

O Cadastro Único foi regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007⁽⁴¹⁾. Ele permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias,

⁵ Os valores mencionados correspondem ao exercício de 2015 e primeiro semestre de 2016.

⁶ Cabe ressaltar que à época da pesquisa o valor do salário mínimo era R\$880,00.

apresentando informações de todo o núcleo familiar, das particularidades do domicílio, as formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família⁽⁴²⁾.

Este cadastro dá acesso a aproximadamente 19 programas sociais do Governo Federal, como o Programa Social de Energia Elétrica, Carteira do Idoso, Aposentadoria para pessoas de baixa renda, isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos, carta social, programa de erradicação do trabalho infantil, entre outros⁽⁴⁰⁾.

Atualmente, o cadastro conta com mais de 27 milhões de famílias inscritas e é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal⁽⁴⁰⁾. Cabe ressaltar que o cadastro único é um instrumento informatizado e pode ser acessado online em cruzamento de dados para uso do governo federal.

A despeito da importância do PBF, ainda existem críticas e opiniões divergentes no que diz respeito aos objetivos do mesmo para a redução dos problemas sociais encontrados no País⁽⁴³⁾.

1.3 Porta de Entrada e/ou Porta de Saída? Problematicando o Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família tem sido objeto de divergências recorrentes em debates, principalmente em períodos de crise política. Para uns a retórica “reside na suposição de que o programa estimula a inércia dos mais pobres, inibindo seu anseio por emancipação econômica”⁽⁴⁴⁾.

A despeito das críticas relativas ao PBF, cabe ressaltar que os gastos com o mesmo representam 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e adiciona na economia 1,78 reais para cada um real nele investido. O programa é considerado uma ferramenta central que possibilitou ao Brasil retirar da pobreza 36 milhões de pessoas⁽³⁵⁾.

Todavia, o PBF tem sido considerado uma “porta de entrada” para um conjunto de políticas sociais: saúde, educação e assistência social, o que significa

acesso à cidadania através de uma transferência de renda. Tal acesso exige condicionalidades para a permanência no programa.

Segundo a literatura, ainda é pouco significativo, mas existem alguns municípios do Estado de São Paulo (Indaiatuba, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Nova Lusitânia, Osasco e Santa Fé do Sul), que investem recursos para apoiar os programas complementares, onde mantêm parcerias e trabalhos articulados com órgãos municipais de qualificação profissional, de emprego e renda, sindicatos de trabalhadores urbanos e Sebrae, ações com empresários e cooperativas de crédito⁽⁴⁵⁾, na busca de promover as chamadas “portas de saídas”. Esse apoio consiste em mecanismos que apontem para a necessidade de alternativas de capacitação, qualificação e de geração de renda⁽⁴⁵⁾, para as famílias beneficiárias obter emprego ou renda própria, através também de parcerias com órgãos e instituições de ensino⁽⁴⁴⁾. Porém, esse exemplo precisa ser melhor estudado por outros municípios.

Sobre as condicionalidades do programa, Sousa *et. al.*⁽⁴⁴⁾, identificaram um importante progresso, entre 2005 e 2009, quanto a cobertura de vacinação entre os beneficiários, subindo de 79% para 82%. A redução da mortalidade infantil por desnutrição e as doenças a ela associadas caiu 58%, e a taxa de abandono escolar pelos beneficiários do PBF tem sido menor em relação aos não beneficiários (7,4% contra 11,3% no ensino médio e 2,8% contra 3,2% no ensino fundamental).

Segundo Campello *et. al.*⁽³⁵⁾ dentre as crianças acompanhadas na área da saúde no ano de 2012, cerca de 99,2% encontravam-se com calendário de vacinação em dia, e 81% tiveram estado nutricional avaliado. Das gestantes localizadas e acompanhadas pelas equipes de saúde, cerca de 99% estavam com pré-natal em dia, e 80% tiveram estado nutricional avaliado. Tal fato revela o efeito positivo do programa⁽⁴⁶⁾.

De acordo com especialistas do MDS a chamada “porta de saída” do programa de transferência de renda ainda é estreita e precisa ser melhor qualificada, devendo resultar em políticas de emprego, de qualificação profissional ou de educação⁽⁴⁷⁾.

Cabe ressaltar que o Decreto nº 5.209/2004⁽²⁹⁾ que regulamentou o Bolsa Família, estabelece diretrizes de colaboração entre as esferas de governo no

objetivo de implementar “programas de apoio aos beneficiários”. Neste sentido, é necessário criar estratégias, oportunidades para superar situações de pobreza e que possibilitem a emancipação econômica dos mesmos. Deste modo, vários programas já existentes poderiam ser canalizados para ajudar os beneficiários do Bolsa Família a encontrar alternativas de trabalho e renda, a exemplo do Programa Brasil Alfabetizado, Programa Nacional de Agricultura Familiar, Programas de Microcrédito do Banco do Nordeste⁽⁴⁴⁾.

O único programa formulado, sobretudo para os beneficiários do PBF foi o Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ), que visa formar beneficiários do Bolsa Família para o setor de construção civil. Todavia tal programa ainda precisa ser melhor desenhado, visto que o mesmo não ocorre em todos os municípios⁽⁴⁸⁾.

Apesar de algumas tentativas de avaliação do PBF a “simples divulgação de dados como o número de famílias que deixaram o programa por aumento de renda não é suficiente para medir a eficiência do mesmo, como política de promoção social”. A literatura afirma que “ainda não está claro para a sociedade, os esforços do governo para tirar essas famílias da situação de miséria, pois para saber se a ‘porta de saída’ existe realmente, é necessário entender qual é a tendência desse número”. Portanto, é importante verificar se a saída por ter aumentado a renda da família tem se elevado ou diminuído ao longo do tempo e se há retorno dessas pessoas ao programa⁽⁴⁷⁾.

Ainda segundo Dantas⁽⁴⁷⁾, é necessário que o governo busque mais informações sobre as famílias que saíram do programa, para avaliar o seu funcionamento e verificar se seus objetivos são alcançados. É importante entender até que ponto o programa foi o responsável por pessoas terem melhorado sua renda, pois essa melhora pode ter ocorrido por diversos fatores, como um pai arrumar um emprego, a filha passar em um concurso, ou até mesmo pelo aquecimento do mercado de trabalho na cidade onde o beneficiário reside.

Importa considerar que as políticas sociais têm o dever de apresentar um tratamento sem distinção e devem proporcionar além de uma porta de entrada para a cidadania e para uma vida melhor, uma oportunidade de saída, para além da condição de vulnerabilidade em que as famílias se encontram.

Diante de todo o contexto, pensando-se nas políticas sociais brasileiras enquanto direito e não benesse e, especificamente, voltando o olhar para o Programa Bolsa Família, é oportuno entender como o mesmo pode refletir na qualidade de vida, no desenvolvimento humano, condições e estilo de vida dos beneficiários.

Pensar em qualidade de vida é atentar sobre o nível material mínimo que diz respeito à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana como alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer, elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva⁽⁴⁹⁾.

Rocha *et. al.*⁽⁵⁰⁾, afirmam que a falta de condições econômicas relacionadas às condições de saúde comprovam a má qualidade de vida dos brasileiros, compreendidos pela baixa qualidade nutricional, pelo não usufruto de uma vida saudável e também, pela baixa perspectiva de vida. Neste sentido, há de se reconhecer que tais aspectos da vida humana dificilmente são atingidos por uma população mais vulnerável, do qual são necessárias ações efetivas de políticas públicas.

1.4 Conhecendo o contexto local: O Programa Bolsa Família em Mogi Guaçu/SP - Território CRAS Zona Leste

A cidade de Mogi Guaçu foi fundada em 09 de abril de 1877. O município é cortado pelo rio que originou seu nome, cujo significado na língua dos primeiros habitantes é "Rio Grande das Cobras". Com a chegada dos bandeirantes, que viajavam rumo ao oeste mineiro e a Goiás, em busca do ouro, a população indígena foi diminuindo e, às margens do rio Moji-Guaçu, foi formado um vilarejo para dar pouso aos desbravadores. Está situado às margens da rodovia SP-340/342, a 170 km da capital São Paulo. Sua população conta com aproximadamente 147.000.000 habitantes. A economia do município tem um perfil bem diversificado, abrigando empresas do ramo de papel e celulose, de alimentação, metalurgia e de cosméticos.

Além da diversidade industrial, Mogi Guaçu também se destaca pela sua produção agrícola, tais como, a laranja e o tomate (ambos ocupam o terceiro lugar

na produção estadual). O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)⁷ conforme dados de 2010 é de 0.774, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto⁽⁵¹⁾.

Considerando-se a importância de políticas públicas na vida dos cidadãos, torna-se necessário situar os equipamentos de educação, saúde e assistência existentes no município, ou seja, a cidade conta com diversos equipamentos vinculados a Secretaria de Educação, sendo 13 Centros Educacionais Infantis, 42 Escolas Municipais de Educação Infantil, 28 Escolas Municipais de Ensino Fundamental e 17 Escolas Estaduais, 03 centros pedagógicos, totalizando 103 equipamentos educacionais, dos quais 30 encontram-se na área específica onde a pesquisa foi realizada⁽⁵²⁾.

Quanto aos equipamentos de saúde o município conta com 24 UBS/USF, 14 centros de especialidades, 03 hospitais, 05 outros serviços vinculados a Secretária de Saúde, totalizando 46 equipamentos de saúde. No território estudado, há 11 UBS/USF.

Considerando-se a Política de Assistência Social, é importante situar os equipamentos sociais no município vinculados a Secretaria de Promoção Social. Atualmente, há três unidades de CRAS, a saber: Zona Norte, Zona Sul e Zona Leste, criados respectivamente em 01/12/2005 (Norte e Sul) e 15/12/ 2008 (Leste). Há ainda um CREAS, 02 Centros Dia para idoso e pessoa com deficiência e 18 entidades sociais.

O PBF no município foi implantado em 2004 e, somente em 2010, foi descentralizado para os CRAS, sob o gerenciamento da Secretaria da Promoção Social do município. Tal fato foi determinante para a ampliação, articulação e consolidação da rede de proteção social do município.

Sobre a atuação do CRAS/PAIF com as famílias beneficiárias do PBF residentes em seu território, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece que essa atuação deve estar centrado na família, através de um trabalho social com as mesmas⁽⁸⁾.

⁷ IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

As famílias em situação de descumprimento de condicionalidades e, em especial, as que estão com o benefício suspenso, compõem o público prioritário para acompanhamento pela assistência social⁽⁵³⁾.

O PBF tem efeitos sobre a garantia dos direitos nas áreas de Saúde e de Educação, através do cumprimento dessas condicionalidades.

“A dificuldade de cumprimento das condicionalidades pelas famílias deve ser compreendida, pela equipe do CRAS, não como condição desfavorável, mas como condição objetiva da situação de exclusão, que aumenta a probabilidade de ocorrência de violação dos direitos”⁽⁵³⁾.

Na realidade, o não cumprimento das condicionalidades deve servir de alerta para a identificação das famílias em situação de maior risco social. O acompanhamento pode também contribuir para o redirecionamento de ações de políticas públicas, ampliando as oportunidades e possibilidades de inclusão social. Neste sentido, busca-se por meio de um conjunto de ações desenvolver o protagonismo do beneficiário, colaborando em sua participação social ativa e crítica na sociedade⁽⁵³⁾.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo desta investigação foi conhecer o olhar dos beneficiários sobre o Programa Bolsa Família na sua condição de vida.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar através de levantamento de dados oficiais a série histórica de beneficiários do Programa Bolsa Família no território de abrangência do CRAS de Mogi Guaçu/SP.
- Conhecer as possíveis mudanças ocorridas em suas vidas após o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família
- Identificar o conhecimento dos beneficiários sobre o Programa Bolsa Família.

3. SUJEITOS E MÉTODOS

3.1 Desenho Metodológico

Trata-se de um estudo exploratório descritivo de caráter qualitativo. Segundo Minayo⁽⁵⁴⁾, a metodologia qualitativa é "[...] aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas"⁽⁵⁴⁾.

Para Turato⁽⁵⁵⁾, a metodologia qualitativa aplicada à saúde, não busca estudar o fenômeno em si, mas entender seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas, no sentido de conhecer a fundo suas vivências, e que representações essas pessoas têm dessas experiências de vida. Ressalta ainda que a pesquisa qualitativa busca conhecer o significado das coisas, pois este elemento tem um papel organizador na vida dos seres humanos, moldando à vida das pessoas e passando a ser partilhado culturalmente e assim, organiza o grupo social em torno destas representações e simbolismos.

Foi realizado paralelamente uma pesquisa em documentos, em sistemas oficiais relativos à gerência executiva do Programa Bolsa Família e no banco de dados do Cadastro Único.

Segundo Gil⁽⁵⁶⁾ na pesquisa documental, como os dados são obtidos de maneira indireta, ou seja, por meio de livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos, evita-se o desperdício de tempo e constrangimento, possibilitando obter quantidade e qualidade de dados suficiente para a realização pesquisa.

O autor aponta ainda que algumas pesquisas sociais somente seriam possíveis por meio da análise de documentos. Ressalta também como vantagens da pesquisa documental: possibilitar o conhecimento do passado; possibilita investigar processos de mudanças sociais e culturais; permite a obtenção de dados com menor custo.

3.2 Aspectos Éticos

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp em 06/10/2015, sob parecer nº. 1.203.628 e o estudo encontra-se em conformidade com a Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

3.3 Participantes

A amostra foi constituída intencionalmente com 16 participantes inscritos e beneficiários do Programa Bolsa Família, que se referenciam ao CRAS Zona Leste do município de Mogi Guaçu.

Neste estudo, utilizou-se também o critério de saturação teórica de dados. Para Turato *et. al.*⁽⁵⁷⁾ o fechamento da amostra por saturação teórica é definido como a interrupção de inclusão de novos participantes no estudo quando os dados apresentam, na avaliação do pesquisador, uma redundância ou repetição, não se justificando persistir na coleta dos mesmos.

3.4 Critérios de Inclusão

Foram utilizados como critérios de inclusão e exclusão:

- estar inserido no Cadastro Único como responsável familiar
- ser beneficiário do Programa Bolsa Família no município de Mogi Guaçu,
- concordar em participar da investigação e assinar o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3.5 Local da Pesquisa

A investigação foi realizada no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Zona Leste, no interior do estado de São Paulo em Mogi Guaçu, entre os meses de outubro de 2015 a junho de 2016.

3.6 Procedimentos de Coleta de Dados

Inicialmente, foi realizado um levantamento junto ao banco de dados do Cadastro Único, através do Sistema de Informações Oficiais que faz a gestão do Programa Bolsa Família. A partir desse levantamento foi realizada a consulta à série histórica do ano de 2015 para conhecer a população beneficiária do programa residente no território em questão.

Para a coleta de dados, foi realizado contato com os beneficiários à medida que se dirigiam para atendimento no CRAS, sendo convidados a participar de uma entrevista. Os usuários que concordaram em participar da investigação deveriam assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II). As entrevistas foram realizadas a partir de questões semiestruturadas que foram gravadas com a autorização dos participantes.

3.7 Análise dos dados

De acordo com Minayo⁽⁵⁴⁾, a expressão mais usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa é a análise de conteúdo. No entanto, o termo significa mais do que um procedimento técnico. Faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais.

Após o término das entrevistas, os dados foram transcritos para a organização do material. Para a análise de dados utilizou-se como referencial teórico a análise de conteúdo temática, conforme proposto por Bardin⁽⁵⁸⁾.

Segundo Bardin⁽⁵⁸⁾, a análise de conteúdo relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. Articula a superfície dos textos descritos e analisados com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, e processo de produção da mensagem. A partir dos achados foram realizadas leituras flutuantes⁽⁵⁸⁾ possibilitando uma aproximação do material coletado, destacando trechos mais relevantes e frequentes para a elaboração das categorias temáticas. Realizada a categorização do material coletado iniciamos a fase de tratamento e interpretação dos dados, com base na literatura pesquisada.

As categorias levantadas foram:

- Conhecimento e forma de utilização do benefício
- Ajuda ou Direito? O significado do benefício.
- O olhar do beneficiário frente às condicionalidades do PBF
- Mudanças ocorridas após o benefício
- Porta de entrada e/ou porta de saída: possibilidades do PBF
- Qualidade de vida

Os participantes da pesquisa foram identificados por número de entrevista, a saber: P1, P2, P3 etc., a fim de não serem identificados.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Caracterização do Programa Bolsa Família no município de Mogi Guaçu e perfil dos participantes

Para se ter a noção da importância do Programa Bolsa Família no município de Mogi Guaçu, torna-se oportuno analisar o fluxo da demanda pelo acesso ao mesmo. Para tal, através de consulta ao banco de dados do Sistema de Gestão do Benefício – CECAD, verificou-se que o PBF atende a um número significativo de usuários. Cabe ressaltar que o PBF somente no ano de 2015, beneficiou mensalmente em média 2.870 famílias, representando a cobertura de 80,1% da estimativa de famílias pobres no município. Especificamente no território onde a investigação foi realizada, a zona leste, a média mensal de famílias beneficiadas foi de 1.415⁽⁵⁹⁾. O quadro 1 apresenta a série histórica de dados referentes ao ano de 2015.

Quadro 1: Série histórica de beneficiários do Programa Bolsa Família.

LEVANTAMENTO DA SÉRIE HISTÓRICA DE 2015		
Mês de referencia	Município	Território Leste
Janeiro	2.723	1.369
Fevereiro	2.726	1.379
Março	2.728	1.380
Abril	2.910	1.424
Maio	2.870	1.401
Junho	2.962	1.435
Julho	3.035	1.460
Agosto	3.053	1.467
Setembro	3.050	1.458
Outubro	2.925	1.407
Novembro	2.885	1.390
Dezembro	2.956	1.417

Fonte: Gerência Executiva do Programa Bolsa Família e Benefícios Sociais de SP – Perfil do Município, GIFAB/CECAD, 2016.

Foi possível verificar que o número de beneficiários do município apresentou uma variação, mês a mês. Essa variação deve-se a benefícios onde houve o descumprimento de condicionalidades bem como a inclusão de novas famílias no programa.

Para se conhecer a realidade e caracterizar o perfil dos participantes foram levantados dados relativos à identificação, sexo, estado civil, idade, escolaridade, profissão, situação trabalho, número de filhos, número de pessoas na casa, responsável pela unidade familiar, tempo de recebimento do benefício, renda familiar e valor recebido PBF (Quadro 2).

Diante dos dados coletados, foi possível verificar que todos os participantes da amostra eram mulheres e mães, com idade variando de 27 a 53 anos, com média de idade de 39 anos; a maioria era casada ou encontrava-se em união estável, com baixa escolaridade, predominantemente com o ensino fundamental incompleto, sem vínculo empregatício, realizando atividades informais ou mesmo sazonal na lavoura. Pode-se observar ainda que 10 mulheres eram as responsáveis pela unidade familiar (Quadro 2).

Apesar do PBF não ser uma política dirigida exclusivamente a mulheres, e sim à família, observa-se predominância destas em todo o território nacional assim como na investigação aqui realizada. Pesquisa aponta que mais de 90%⁽⁶⁰⁾ dos beneficiários são mulheres, implicando em maior controle sobre as contas da casa, porém essa autonomia pode ir além das questões financeiras.

De acordo com Rego *et. al.*⁽²⁴⁾, é elemento decisivo o fato de muitas mulheres receberem a renda monetária trazendo um sentimento pessoal de dignificação.

Segundo Moreira *et. al.*⁽¹⁴⁾, a entrada das mulheres no PBF contribuiu positivamente para sua autoestima e empoderamento, afirmando que o benefício trouxe efeitos no reordenamento no ambiente doméstico e o acesso feminino ao espaço público (como participação em conselhos comunitários e escolares), de forma a possibilitar às mulheres maior poder de troca, maior capacidade de fazer escolhas e maior poder de decisão sobre o uso do dinheiro, conforme relato abaixo:

“Eu acho que o Bolsa família ajuda muito as pessoas. Tem momento que você vai fazer sua comida, tua janta, se não tem o que pôr na mesa, e

chega naquele dia, você tem o dinheirinho do Bolsa Família pra contar. Ajuda muita gente. É o dia que tem o dinheiro que eu sei que tá lá, tal dia vai estar lá na minha conta. Me ajuda bastante.”(p.11)

Considerando-se o significado do dinheiro e suas diversas funções, a literatura analisa que o mesmo acarreta certa libertação e responsabilização. A cada acréscimo de liberdade aumenta a responsabilidade⁽²⁴⁾.

Quadro 2: Caracterização dos beneficiários

Participante	Sexo	Estado Civil	Idade	Escolaridade	Profissão	Situação Trabalho	N. Filhos	N. Pessoas na casa	Responsável pela unidade familiar	Tempo de recebimento do benefício	Renda Familiar incluindo o BF	Valor recebido BF
P1	F	Solteira	31	E.M. Cursando	Faxineira	Autônoma	2	3	Mulher	2 anos	R\$ 600,00	R\$147,00
P2	F	Solteira	27	E.M.C	Faxineira	Autônoma	2	6	Mulher	4 anos	R\$ 1.000,00	R\$105,00
P3	F	Casada	38	E.F.I	Do Lar	-	3	5	Mulher	12 anos	R\$ 780,00	R\$105,00
P4	F	Casada	39	E.F.C	Diarista	Autônoma	2	4	Mulher	4 anos	R\$ 120,00	R\$ 120,00
P5	F	Casada	34	E.F.I	Do Lar	-	4	6	Marido	12 anos	R\$ 800,00	R\$ 224,00
P6	F	Viúva	45	E.F.I	Lavadora	Em atividade Sazonal	3	4	Mulher	19 anos	R\$ 2.000,00	R\$ 100,00
P7	F	Casada	41	E.M.C	Operadora de Caixa	Afastada - S/R	2	4	Marido	2 anos	R\$ 500,00	R\$ 70,00
P8	F	Divorciada	37	E.F.I	Faxineira	Autônoma	2	4	Mulher	5 anos	R\$ 500,00	R\$ 112,00
P9	F	União estável	35	E.M.C	Diarista	Autônoma	3	5	Marido	12 anos	R\$ 700,00	R\$ 189,00
P10	F	Viúva	48	E.F.I	Garçoneiro	Autônoma	3	4	Mulher	2 anos	R\$ 800,00	R\$ 35,00
P11	F	União estável	35	E.F.I	Do Lar	-	3	5	Marido	15 anos	R\$ 700,00	R\$ 189,00
P12	F	Solteira	37	E.F.I	Aux. de Limpeza	Autônoma	2	3	Mulher	10 anos	R\$ 880,00	R\$ 35,00
P13	F	Solteira	48	E.F.I	Lavadora	Desempregada	1	2	Mulher	2 meses	R\$ 77,00	R\$ 77,00
P14	F	União estável	53	E.F.I	Do Lar	-	3	5	Marido	12 anos	R\$ 800,00	R\$ 154,00
P15	F	União estável	33	E.F.I	Lavadora	Em atividade Sazonal	2	3	Mulher	4 anos	R\$ 420,00	R\$ 147,00
P16	F	Casada	42	E.F.I	Do Lar	-	4	6	Marido	17 anos	R\$ 1.800,00	R\$ 180,00

* P6, P11, P16, recebiam outros PTR antes do PBF.

** A renda declarada pelas famílias, pode não conferir com a que consta no cadastro único, por diversos motivos, como por exemplo este ter sido realizado em momento anterior ao da realização da pesquisa

Os dados apresentados nos levaram a analisar as relações de gênero presentes no PBF, do qual verificadas nesta pesquisa que as mulheres são as principais destinatárias do benefício em nome da família. Importante salientar que tais mulheres, principalmente a partir do recebimento do benefício em seu próprio nome passam a ter mais poder de decisão na vida em família, fazendo com que se sintam mais valorizadas, porém em contrapartida, são elas as responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades do Programa.

Segundo Nascimento⁽⁶¹⁾, toda responsabilidade e cuidado com os filhos incidem sobre as mulheres, como acompanhar o crescimento e desenvolvimento, a vida escolar, manter a vacinação em dia e participar das ações na área de Assistência Social. Cabe ainda a responsabilidade de atualização do cadastro para se manter no programa, uma vez que o cartão está em seu nome.

Isso nos faz refletir que a política pública, a exemplo do PBF, atua no sentido de só olhar para os responsáveis familiares, em sua maioria mulheres, com as ações dos profissionais, que algumas vezes reforçam mecanismos que subtraem a responsabilidade dos homens, enfatizando assim uma profunda desigualdade de gênero.

Estudo realizados por Traldi *et. al.*⁽⁶²⁾ sobre o PBF, revelou que a maioria dos titulares sabia ler e escrever, porém apresentavam baixa escolaridade. Tais dados corroboram com a pesquisa em questão onde se observa que se trata de famílias de baixa renda, com acesso precário ou até mesmo nulo a bens materiais e alimentícios.

Quanto às condições de trabalho e ao valor recebido pela sua ocupação verificou-se que o trabalho informal e/ou desemprego afeta a maioria das participantes e que o acesso a uma renda digna que consiga suprir todos seus gastos é quase impossível. A pesquisa demonstrou que em sua maioria a renda familiar não ultrapassa um salário mínimo, mesmo considerando o PBF, ressaltando a importância do benefício como complemento da renda. Dentre as entrevistadas verificou-se que somente uma depende exclusivamente do benefício, como única fonte de renda.

Segundo Soares⁽⁶³⁾, as famílias mais pobres, sofrem com a insegurança em relação a sua renda e mesmo quando inseridos no mercado formal de trabalho,

tendem a permanecer empregados por um espaço curto de tempo enfrentando dificuldade de reinserção. Aponta ainda que há diversas formas de ocupação. Quando empregados na zona rural como na lavoura, sua renda vai depender das condições climáticas e sazonais. Se forem trabalhadores urbanos por conta própria, sua renda depende das condições do mercado. Se forem empregados sem carteira, convivem com o medo da demissão sem direito a qualquer proteção por parte do Estado, e mesmo quando empregados com carteira assinada, estarão em situação muito instável no mercado de trabalho. Portanto, as constantes mudanças na renda da população mais vulnerável estão associadas a uma inserção precária no mercado⁽⁶³⁾.

Alguns participantes dessa pesquisa (07) relataram não ter casa própria e, portanto, dependem de aluguel ou de ajuda de terceiros. Verificou-se também que o número de habitantes por moradia é em média de 4 a 5 pessoas, composta por pai ou padrasto, mãe, filhos, netos, avós e outro parente.

A família como o foco de atenção das políticas sociais e, especificamente, o PBF, importante entender o significado desta enquanto instituição social. Embora venha ocorrendo diversas transformações na concepção e na realidade das famílias na atualidade, muitos ainda a entendem como um modelo nuclear orgânico, um grupo de pessoas que habita a mesma casa, ligados por laços de sangue, compartilhando situações comuns e que tem a mulher como a mãe no espaço do lar, que cuida da casa e dos filhos e têm o pai como principal provedor e chefe de família⁽²³⁾. Este modelo tradicional, disciplinador, visto como o certo, bonito, o desejável, a família ideal acordado socialmente. Porém, essa realidade de família tradicional vem se transformando com o tempo, configurando-se em vários tipos e formatos. Szymanski⁽⁶⁴⁾, afirma que a família na atualidade é constituída por um grupo de indivíduos que, devido à existência de laços afetivos, optam por conviverem juntos, com o cuidado mútuo.

De acordo com o perfil das famílias entrevistadas pode ser identificado diversos tipos e formatos de famílias, construída através de uma somatória de experiências e trajetórias particulares, manifestando-se através de formatos diferenciados e peculiares, denotando a impossibilidade de identificá-la como um padrão familiar uniforme e ideal⁽⁶⁵⁾. A maioria das beneficiárias relatou ser

responsável pela unidade familiar vivendo em família extensa composta por pais, filhos, netos, enteados, irmãos e outros parentes.

Pensar em famílias do PBF, pobres, é pensar nas fragilidades e privações que são impostas a elas. Silva⁽²³⁾ afirma que tais famílias estão sujeitas a privação de condições que possam ser propulsoras de desenvolvimento dos seus integrantes, uma vez que seus direitos elementares são negados em uma sociedade marcada pela desigualdade. Segundo Sposati⁽⁶⁶⁾ quanto mais frágeis forem às condições da família, mais será necessário acionar mecanismos protetivos.

No que diz respeito ao tempo de recebimento do benefício, observou-se que este variou entre dois meses e 19 anos, sendo que 50% da amostra estudada recebia o benefício a mais de 10 anos, podendo-se inferir que o benefício já se encontrava incorporado à vida familiar. Cabe ressaltar que entre tais beneficiários, três deles referiram receber o benefício antes mesmo do início do PBF, pois já estavam inseridos em outros programas sociais. No entanto a maioria dessas famílias não conseguiu superar a situação de pobreza em que vivem. Além da insuficiência de renda, essa dependência em parte explica-se pelos aspectos históricos, econômicos e sociais, em decorrência também do acesso precário ao mercado de trabalho, baixa escolaridade que apresentam, e principalmente a ausência de políticas sociais efetivas, o que nos leva a refletir sobre a situação de dependência que de certa forma foi promovida pelo programa, sem articulação alguma para a possibilidade de mudança a essas famílias. Segundo Silva *et. al.*⁽²⁵⁾, cabe refletir sobre o tempo de permanência das famílias beneficiárias no programa, pois este tem sido questões problemáticas relevantes. Todo programa tende a fixar um tempo de permanência, o que se questiona neste caso, é: qual o tempo necessário para geração dos impactos desejados e fixados nos objetivos do programa? Como pode se alcançar mudanças concretas em diversas situações de vulnerabilidade? Contudo o tempo está ligado ao desligamento, critérios de elegibilidade sendo essas questões consensuais e relevantes um trabalho de preparação para esse desligamento. O que a autora ressalta é que a medida em que PTR for considerado o direito fundamental de garantia da sobrevivência do cidadão, com dignidade, a determinação do tempo de permanência no programa terá como referência a necessidade de cada família⁽²⁵⁾.

Para superar a pobreza, além dos programas de transferência de renda, outras medidas mais estruturais são necessárias como a redistribuição a fim de diminuir a concentração de renda como a existente no Brasil, se torna ainda necessário investimentos em políticas nos setores educacional, de saúde e de trabalho⁽¹⁹⁾.

A partir dos achados desta investigação, os dados qualitativos foram agrupados em seis categorias para análise:

- Conhecimento e forma de utilização do benefício
- Ajuda ou Direito? O significado do benefício.
- O olhar do beneficiário frente às condicionalidades do PBF
- Mudanças ocorridas após o benefício
- Porta de entrada e/ou porta de saída: possibilidades do PBF
- Qualidade de vida

4.1 Conhecimento e forma de utilização do benefício

Para se compreender o olhar das famílias sobre o Programa Bolsa Família, um aspecto significativo levantado nessa investigação refere-se à forma de conhecimento para acesso ao Programa que pode ser verificado no Quadro 3.

Quadro 3: Conhecimento e utilização do benefício

PARTICIPANTES	CONHECIMENTO DO BENEFÍCIO	UTILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO
P1	Serviço de “Ação Social”	Alimentação
P2	Televisão	Alimentação
P3	Vizinha	Alimentação
P4	Amiga	Alimentação
P5	Televisão	Alimentação e material escolar
P6	Saúde	Remédios, alimentação e contas.
P7	CREAS	Gás e cesta básica
P8	Vizinho	Alimentação, remédio, água e luz.
P9	Assistente Social do CRAS	Alimentação, roupa, sapato, internet na lan house, computador.
P10	Programa PETI	Curso de informática para filho
P11	Televisão	Alimentação e material escolar
P12	Televisão	Alimentação e outras coisas.
P13	Televisão ou alguém falou	Água e luz
P14	Saúde	Alimentação
P15	Vizinha	Água e luz
P16	“Pela boca dos outros”	Alimentação e material escolar

Fonte: Poliana Arruda, 2016.

Questionados sobre como souberam da existência do benefício, foi possível identificar três grandes fontes a saber: rede de vizinhança, televisão e programas sociais, como pode ser verificado no quadro 3. A maioria dos participantes referiu que tomou conhecimento pelas propagandas institucionais veiculadas na televisão. Outros disseram que se informaram através de profissionais de serviços públicos, como unidades básicas de saúde e de serviços ligados à política de assistência social. Outra fonte bastante expressiva se refere às redes de vizinhança, onde o convívio e a rede de apoio propiciam trocas de informações entre amigos e vizinhos.

“...através da televisão na época falava muito, aí fui procurar uma assistente social e me inscrevi” (P5).

“Ah pela boca dos outros né, você sabe que os outros comentam né, fala lá, eu estou recebendo você não tá. Então foi aonde eu fui atrás ...” (P16).

Quanto à forma de utilização do benefício, pode-se observar (Quadro 3) que a maioria das entrevistadas refere que sua utilização se dá primordialmente na compra de alimentação. As famílias referiram que houve uma melhora imediata na qualidade da alimentação após o ingresso no programa, pois a alimentação era precária e pouco variada antes de receber o PBF. Tal fato comprova um efeito positivo do programa cujo objetivo é combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional das famílias extremamente pobres.

A literatura⁽⁶⁷⁾ aponta que o PBF contribuiu para o aumento do número de refeições das famílias, pois os recursos permitiram um maior o acesso à compra de alimentos. Weissheimer⁽⁶⁸⁾, afirma que embora estejamos longe de uma situação ideal, na qual as famílias deveriam se alimentar de forma adequada todos os dias, a comparação entre a situação atual e a anterior ao ingresso no programa revela aspectos positivos, tanto no número de semanas cobertas pelos alimentos comprados, quanto pela possibilidade de introduzir maior variedade na alimentação. Tal fato pode ser verificado nos depoimentos abaixo:

“Alimentação melhorou bastante, nossa! Eles vão comigo no mercado, eu passo o dinheirinho pra eles, eles compram o que eles querem, danone, frutas, coisa que antes não fazia isso.” (P9)

Mudou bastante, hoje eu posso colocar para meus filhos uma fruta uns legumes, então me ajuda muito.” (P4)

“... eu acho assim, como lá em casa é difícil as coisas, muito difícil mesmo para todos, às vezes o dinheiro vem na hora que você precisa de uma mistura, de um arroz, de um feijão. Esses dias eu passei maior aperto, porque o bolsa família ia demorar dois dias passei aperto sem as coisas lá, vim aqui pedir as coisas me deram encaminhamento pra pegar a cesta, aí quando eu recebi a bolsa família eu fui lá e comprei carne e Nescau pra minha filha. Ajuda na alimentação, quando eu tenho um dinheiro mais que sobra eu pago minha luz, minha água para não cortar. Me ajuda, não ajuda assim, tipo itera, porque a gente está precisando mesmo, itera.”(P8)

Cabe ressaltar alguns aspectos subjetivos que a política produz na vida das beneficiárias e de sua família. A renda monetária, através de programas de transferência de renda, gera algumas consequências no cotidiano da população. O fato de receber dinheiro e não somente alimentos, numa sociedade cada vez mais

consumista, permite aos beneficiários experimentar o prazer de ser consumidor e do poder de escolha⁽³⁹⁾.

Observou-se ainda que o benefício também foi utilizado para saldar compromissos domésticos tais como o pagamento de contas de água, luz, gás.

“... olha não vou reclamar não viu, com esse dinheirinho eu compro meus remédios eu ajudo dentro de casa pago minhas contas (P6).”

“...dá para a compra um gás, às vezes com o dinheiro a gente compra até uma cesta básica. Não é muito, mas já ajuda a comprar. Porque o gás eu não compro todo mês, aí um mês eu compro um gás outro mês compro outra coisa. (P7)”

Apesar da condicionalidade de frequência escolar, somente três participantes referiram utilizar o benefício para a compra de material escolar, quando a escola não fornece. Observa-se ainda que o benefício também é utilizado na compra de medicamentos, e somente uma das entrevistadas referiu pagar um curso de informática para o filho.

“... o benefício vai me ajudar, tanto na alimentação quanto em materiais para a escola, como sapatos, roupa até mesmo na saúde para meus filhos.”(P4)

“Esse dinheiro como estava no nome do meu filho, eu paguei um curso para ele, eu paguei um curso de informática.”(P10)

4.2 Ajuda ou Direito? O significado do benefício

Considerando-se historicamente a trajetória das políticas sociais ficou evidente que no imaginário das entrevistadas, o PBF é visto, majoritariamente, como uma “ajuda” um “favor”, e não como um direito de cidadania. Isso se explica pela concepção histórica, onde o trabalhador formalmente vinculado ao mercado de trabalho era detentor de direitos e o restante da população, os mais pobres e excluídos do processo produtivo, era visto na perspectiva caritativa, atendida através de ações fragmentadas e assistencialistas, devendo provar que fracassou no mercado para ser objeto da proteção social⁽⁶⁹⁾. O acesso a esses serviços e programas não se configurava como relação de direito social.

Ao serem questionadas sobre porque buscou o benefício, foi recorrente a categoria ajuda na fala dos entrevistados, como pode ser constatado a seguir:

“... porque na época que eu busquei eu estava sozinha, viúva com três filhos, foi na hora que apareceram lá em casa e eu abracei a ajuda.”(P6)

“... devido à situação a qual eu encontrava dificuldade, às vezes não tinha alimento em minha casa. Quando o governo apareceu com esse benefício me ajudou bastante.” (P11)

“Procurei para eu ter uma ajuda né, ontem mesmo não tinha leite ai peguei o dinheiro do bolsa família pra comprar.”(P2)

“Pra me ajudar né, em casa nas coisas, com as crianças principalmente. ” (P9)

Os relatos dos beneficiários reforçam o desconhecimento do papel do Estado e das políticas públicas na garantia de direitos, assim como de seus papéis enquanto cidadãos e sujeitos de direitos.

Segundo Couto⁽²⁷⁾, a adaptação de Estado moderno em Estado de direito é fundamental para o estabelecimento dos direitos civis e políticos, pois a declaração desses direitos é a base de sustentação para este tipo de Estado. A criação do Estado social acontece quando se precisa responder diretamente às necessidades das classes trabalhadoras em vista da integração social, nascendo assim as bases concretas para a formulação dos direitos sociais⁽²⁷⁾.

A Constituição Federal de 1988⁽⁹⁾, conhecida como Constituição Cidadã, torna-se um marco no compromisso com a cidadania dos indivíduos, sendo um dos princípios essenciais da nação brasileira para a preservação da dignidade da pessoa humana, na busca da conquista dos direitos sociais, tais como o trabalho, a educação, a alimentação, a saúde, a moradia. Tudo isso faz com que nos tornemos sujeitos de direitos. Neste sentido, cabe refletir até que ponto o que consta da Constituição está garantido.

Observou-se também, em outros relatos que o motivo da busca do benefício foi a situação de dificuldade:

“Por causa da dificuldade mesmo, quando eu procurei foi bem no comecinho que saiu o bolsa família, aí eu procurei e não tinha muita esperança de receber, mas quando eu estava passando uma dificuldade

muito grande, muito difícil aí eu consegui. Foi por causa da necessidade mesmo.” (P5)

“Eu fico feliz por estar recebendo essa ajuda, porque graças a Deus veio num tempo bem difícil, e ajudou bastante a gente.”(P7)

De acordo com Weissheimer⁽⁶⁸⁾ o Programa Bolsa Família está incorporando os beneficiários de forma acertada e coerente com os critérios de seleção, ou seja, de fato, são os brasileiros de renda mais baixa que são os principais beneficiados⁽⁶⁸⁾. Tal fato corrobora com a pesquisa em questão, uma vez que os relatos das famílias entrevistadas deixam em evidência a situação de vulnerabilidade extrema que vivenciam.

Percebe-se também que o sentido de ajuda traz embutido o valor baixo recebido do benefício, ou seja, o benefício não resolve o problema da pobreza.

“... quando a gente está desempregada ele ajuda um pouco, é aquilo que eu falo, não ajuda muito, mas ajuda. Porque pelo menos tem né, você vai lá e compra alguma coisa ainda. E se não tem nada, ele já ajuda né.” (P16)

“... graças a Deus pelo menos um gás, ou a força ou a água da pra mim pagar, mas se aumentasse um pouquinho seria melhor.”(P13)

De acordo com Rego *et. al.*⁽²⁴⁾ as políticas sociais públicas não devem ser entendidas como atos de caridade ou mero assistencialismo, mas sim, instrumentos de cidadania, cujo objetivo maior é promover a cooperação, no sentido de todos se sentirem sujeitos de direitos.

Vale lembrar que as situações de pobreza em que as famílias entrevistadas se encontravam interferem na autoestima devido aos insucessos que as circunstâncias da vida as colocaram, atribuindo estereótipos pejorativos, reforçando o contexto de violações de direitos por elas vivenciadas, como se observa nos relatos abaixo, já analisados anteriormente e que possibilitam novas considerações.

“Procurei o PBF, por causa da dificuldade mesmo, quando eu procurei foi bem no comecinho que saiu o bolsa família, aí eu procurei e não tinha muita esperança de receber, mas quando eu estava passando uma dificuldade muito grande, muito difícil aí eu consegui. Foi por causa da necessidade mesmo.” (P5)

“Ajuda muito na escola, na cabecinha dele é assim, seu eu faltar (da escola) eu não vou ter. Então ele se sente gente com isso aí, ele fala nossa é um dinheiro meu. Porque é ele que recebe, não era nem eu. Eu dava o cartão na mão dele. Tanto que ele pagava o curso dele. O curso era R\$100,00, R\$12,00 reais que sobrava ele guardava.”(P10)

Segundo Silva⁽²⁵⁾ ao se verificar as condições em que essas famílias vivem, suas preocupações se relacionam aos direitos mais elementares da vida humana, direitos básicos como a comida e renda. Outras necessidades são relegadas a um segundo plano como o fato de estudar, o que se verifica no relato baixo:

“Eu não tenho mais paciência de estudar. Minha preocupação é muito grande, minha mente não ajuda estudar, então eu não consigo entrar numa firma, eu não consigo passar num teste, eles pedem coisas mais moderna, eu não tenho capacidade de fazer essas coisas. Eu tenho inteligência de fazer outras coisas, mais pra essas coisas mais modernas eu estou atrasada. Não tem, o governo não dá emprego pra gente, eles dão bolsa família, mas a gente não vive, ajuda, mas a gente não vive. Se você for viver só com 112,00, você morre de fome, então eu preferia um serviço.” (P8)”

A despeito da história de frustração e rupturas, a afirmação da entrevistada nos leva a considerar algumas deficiências no papel do Estado, como a ausência de garantias dos mínimos sociais, principalmente trabalho e renda. Para Sposati⁽⁷⁰⁾ sugerir mínimos sociais é colocar o patamar de cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer para todos os seus cidadãos.

Segundo a literatura, os mínimos sociais diferem de sociedade para sociedade, pois expressam valores e assumem características dos diferentes momentos históricos de seu processo de desenvolvimento. Assim, países mais desenvolvidos estabelecem patamares mais elevados, que possibilitam o acesso a uma qualidade de vida melhor. Outras sociedades, entretanto, se limitam a construir parâmetros de mínimos sociais que supram apenas as provisões básicas de sobrevivência⁽⁷¹⁾. Os mínimos sociais devem ser identificados como padrões básicos de inclusão e de cidadania⁽⁷⁰⁾.

Em um país tão desigual como o Brasil, os mínimos sociais visam assegurar as necessidades básicas da população excluída e em vulnerabilidade

social, ou, ainda, são mínimos indispensáveis para a provisão de alimentação, moradia, higiene, educação e saúde. No entanto, questiona-se, se em uma sociedade democrática é válido pensar que os bens e serviços produzidos por ela só possam ser consumidos ou estejam acessíveis a uma parcela privilegiada da população⁽⁷¹⁾. Segundo Sposati⁽⁷⁰⁾ para sustentar uma proposta de mínimos sociais, é preciso incluir garantias de desenvolvimento das possibilidades humanas como padrão básico de cidadania, acrescentar novos direitos individuais que assegurem não só a sobrevivência como também o enfrentamento a vulnerabilidades e riscos sociais.

O Estado deve proteger a possibilidade do rendimento através do trabalho como condição de autonomia, mas deve também afiança-lo quando da inexistência do trabalho para garantir a subsistência e o enfrentamento de riscos sociais. A autora ainda ressalta que é preciso garantir um tripé entre as políticas públicas de rendimentos, proteção social e desenvolvimento humano. As políticas de proteção social devem criar condições para que os cidadãos ampliem sua resiliência, isto é, que sejam fortalecidos para enfrentar os riscos sociais, se comprometendo com o futuro da sociedade na perspectiva da promoção do desenvolvimento humano e da qualidade de vida. A proteção social até hoje construída a partir da condição de trabalhador formal precisa ser universalizada⁽⁷⁰⁾.

Neste sentido, Amartya Sen⁽⁷²⁾, em sua teoria⁸, refere que os pobres são aqueles destituídos de renda mínima, pobreza primária, mas são também aqueles em que a ausência de Estado lhes mantém por longo período de tempo, sem o acesso aos bens e serviços que impedem a produção de *capabilities*, inviabilizando a mobilidade social.

4.3 O olhar do beneficiário frente às condicionalidades do PBF

Sob a ótica das famílias beneficiárias, percebe-se que estas, reconhecem a importância do benefício para a renda familiar e entendem a necessidade de cumprir as condicionalidades como contrapartida ao acesso ao PBF. Tais condicionalidades estão relacionadas às políticas de educação, saúde e assistência

⁸ Capabilities se referem não somente a capacidade e habilidades, mas também a estados mentais, a outros estados subjetivos (como estar com saúde, ser alfabetizado etc.) e as circunstâncias externas.

social, cujo objetivo é reforçar o acesso a essas políticas, constituindo uma garantia para continuar no Programa.

Sobre a condicionalidade da educação, a frequência escolar exigida de crianças e adolescentes, de certa forma promove a participação das famílias no processo educacional de seus filhos, uma vez que muitas entre elas não tiveram a oportunidade de concluir os estudos. Tal fato foi importante no incentivo para educação de seus filhos.

“A educação melhorou, apesar de que minhas filhas nunca foram de faltar nenhuma das duas, então é uma obrigação minha dar para elas o que eu não tive e também não aproveitei. Então eu ensino isso para elas. Então ajuda, porque aí não falta muito.” (P8)

Segundo Craveiros *et. al.*⁽⁷³⁾, a exigência da permanência na escola tem como premissa básica o exercício do direito à educação, mas não basta possibilitar o acesso a crianças e adolescentes, é fundamental que permaneçam na escola, aprendam na idade adequada, tenham oportunidades de continuidade dos estudos e, acima de tudo inserção no mundo do trabalho.

A educação exerce, certamente, papel fundamental no rompimento do ciclo geracional de pobreza à medida que consegue assegurar aos sujeitos os direitos a uma educação de qualidade⁽⁷³⁾.

“Assim meu ponto de vista do que eu acho importante é manter as crianças na escola e também ir com frequência à escola pra ver se a criança está realmente estudando. Acho que isso é bem importante.”(P4)

“Melhorou bastante a educação. Porque na escola eles utilizam muita coisa da internet, com o dinheiro do bolsa família eles vão na lan house, consegui agora também um computador pra eles estudarem em casa.” (P9)

Para uma educação de qualidade no compromisso da produção e reprodução de conhecimento, a assiduidade nas atividades escolares é condição fundamental. Essa afirmativa vai ao encontro de pesquisas, que apontam resultados positivos, a condicionalidade da educação.

De acordo com dados do INEP⁽⁷⁴⁾, observou-se que em 2007 o PBF contribuiu para reduzir em 36% o número de crianças de 6 a 16 anos que não frequentavam a escola, passando de 8,4% para 5,4%. Houve também uma

diminuição da evasão escolar em 40% na faixa de 6 a 10 anos de idade, e de 30% para a faixa de 11 a 16 anos. Tal fato apontou ainda para a redução de 40% na evasão de meninos e de 30% no caso das meninas.

Segundo o MDSA o índice de acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do Bolsa Família subiu de 85,57% para 91,8% em agosto e setembro de 2016, comparado ao bimestre anterior. Desta forma, 95,2% dos quase 13,9 milhões de crianças e jovens entre 6 e 17 anos acompanhados atingiram a frequência escolar exigida para a transferência de renda⁽⁷⁵⁾.

“A educação melhorou, melhorou sim. Melhorou porque meus filhos faltavam na aula, agora eles estão faltando menos, entendeu? Então quando eu comecei a receber ai eles pararam de faltar muito na aula, melhorou um pouco né.” (P15)

Percebe-se também a importância que a família concebe a frequência escolar, no sentido de atribuir a condicionalidade a um valor monetário. Podemos inferir que a prioridade dos beneficiários na manutenção dos filhos na escola deve-se a continuidade no recebimento do BF. Não se observou menção à importância da educação no sentido de proporcionar melhores empregos, melhores condições de vida, indo na contramão de um dos objetivos do programa qual seja a redução da pobreza para geração seguinte.

“Na educação, melhorou bem, por que assim é um incentivo para eles não faltarem da escola, por que sabe que a gente precisa desse dinheiro e eles sabem que não pode faltar porque se não corta....” (P5)

“Na educação melhorou sim. Eu não digo que eles não faltam, porque sempre, uma hora ou outra tem uma falta, mas eles não... eu mesmo falo se faltar na escola vai perder o Bolsa família. Eu fico falando né, vai ter o dinheirinho para vocês comprar as coisas pra vocês, ai eles já sabem.” (P12)

“Melhorou, mas mesmo sem receber eles iam pra escola, mas depois que comecei a receber isso influenciou mais ainda é porque eles nunca deixaram de faltar por causa do bolsa família.” (P14)

A literatura⁽⁷³⁾ tem demonstrado que o acompanhamento da frequência escolar do Programa tem produzido melhorias significativas nos indicadores educacionais do público do PBF, comparado ao público em geral. Em síntese, os

estudantes beneficiários têm apresentado uma menor taxa de abandono escolar. No Ensino Fundamental a taxa de aprovação dos alunos beneficiários aumentou de 80,5%, em 2008, para 86,3%, em 2013. Já a taxa de abandono entre os beneficiários foi de 2,5% enquanto entre os que não estão no programa foi de 2,7%, podendo-se inferir que há uma efetividade quanto às condicionalidades na área da educação no Programa Bolsa Família⁽⁷⁶⁾.

Todavia, torna-se necessário não só garantir o acesso e permanência, mas também o sucesso e a trajetória escolar da população mais pobre. Tal trajetória envolve o território e o contexto familiar, que expressam uma desvantagem social, cultural e financeira, decorrentes de fatores como o analfabetismo dos pais, do desemprego, do subemprego, da desnutrição, da falta de moradia própria, da ausência de saneamento básico⁽⁷³⁾. Contudo, na região onde foi realizada a presente investigação, existe carência de estudos com as famílias beneficiárias do PBF que confirmem ou não os achados da literatura.

Quanto à condicionalidade saúde, segundo Campello⁽³⁵⁾, o programa tem apontado para uma redução da desnutrição e da insegurança alimentar e nutricional, assim como se observou aumento da porcentagem de crianças de até seis meses alimentadas exclusivamente por amamentação, assim como na porcentagem de crianças que tem o calendário de vacinação em dia.

Ainda no campo da saúde, Santos *et. al.*⁽³¹⁾, afirma que o PBF contribuiu para diminuir em 95% o índice de mortalidade infantil na faixa etária de 0 a 5 anos, especialmente em mortes atribuídas a doenças relacionadas à pobreza, como diarreia e má nutrição, além da redução da hospitalização de crianças da mesma faixa etária⁽³¹⁾.

No período da realização dessa investigação, a maioria das entrevistadas considerou que após o recebimento do PBF tiveram maior acesso aos atendimentos na área saúde.

“Na saúde melhorou, porque tem que ter o cadastro todo mês lá, para a pesagem, para avaliar a criança. Elas vão lá perguntam se as crianças estão bem.” (P1)

“Saúde melhorou, porque me ajudou a ficar mais atenta as consultas.” (P4)

“Na saúde eu passo pelo médico do SUS, então eu tenho tudo de graça, remédio de graça eu vou ganhar o aparelho auditivo de graça. Melhorou muito o atendimento.” (P13)

Apesar de não ser restrito às condicionalidades de acesso ao programa, alguns entrevistados também se posicionaram com críticas relacionadas ao funcionamento e fiscalização do mesmo. Vale ressaltar que essa fiscalização deve se dar através de uma gestão descentralizada e compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em ações conjuntas para aperfeiçoar, ampliar e, portanto, fiscalizar a execução do mesmo⁽³¹⁾, conforme Resolução nº 15, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de junho de 2014, que orienta os Conselhos de Assistência Social quanto à organização e funcionamento na participação e no controle social do Programa Bolsa Família (PBF)⁽⁷⁷⁾.

“Eu acho que o Bolsa família, tinha que ter uma fiscalização, porque tem muita coisa errada. Eu mesmo sei de família que tem casa própria, tem carro, tem uma vida de luxo e recebe o Bolsa família. Eu acho que tinha que buscar ir atrás do endereço, visitar a família, está ali pra descobri essas coisas erradas que tem muito. Pra eles ver, pra onde está indo mesmo, se está indo pra família que precisa ou não.” (P12)

Apesar do reconhecimento da importância do benefício, os entrevistados identificaram a falta de condições de promoção de acesso ao trabalho, pois relataram o significado de ter um trabalho fixo com salário digno, fato que o programa não estimulou, deixando claro a preocupação de não se conseguir um trabalho formal devido à baixa escolaridade que possuem.

“O Bolsa Família não permitiu acesso ao trabalho, porque não tem trabalho, não tem oportunidade pra nós, se eu for em um escritório ninguém vai querer desse jeito, se for atendente, ninguém vai querer desse jeito, então não permite acesso ao trabalho, porque 112,00 reais, você não paga um curso, por isso que eu falo tem que dar um curso profissionalizante, não curso básico, pra você falar assim eu tenho capacidade, tinha que dar diploma, e uma chance da gente trabalhar, abrir uma firma para as mulheres, não precisa ser uma firma grande, nem que fosse reciclagem, tem Estado que tem reciclagem pras mulheres que recebe o bolsa família, aqui não tem. Estado menor que esse, mais pobre e tem reciclagem, tem catadoras de lixo, ganhando um dinheirinho básico, só aqui que não tem.” (P8)

Importante considerar que toda política pública traz uma ação reflexiva, despertando sentimentos e comportamentos nos indivíduos, direta ou indiretamente, podendo gerar conflitos de opiniões e de interesses daqueles que dela se beneficiam⁽⁷⁸⁾.

Pensar em direitos, especialmente nas políticas compensatórias como o PBF, remete à reflexão sobre as políticas, programas, práticas, intervenções e ações que possibilitem a todo ser humano as condições necessárias para viver com o mínimo de dignidade, o que significa negar qualquer ação que se restrinja meramente à sobrevivência.

4.4 Mudanças ocorridas após o benefício

Ao serem questionados sobre as principais mudanças ocorridas em suas vidas após o recebimento do benefício, os participantes afirmaram que apesar de pouco, o benefício ajuda muito, principalmente porque utilizam para comprar o que está faltando, o que os filhos estão precisando além de comprar alimentos que os filhos gostam, e que antes do PBF não era possível.

Pode-se perceber que os beneficiários compreendem o BF como um complemento da renda familiar, justamente para auxiliar no provimento do sustento da família. Neste sentido, Rosinke *et. al.*⁽⁷⁹⁾ constataram que os recursos do PBF destinados às famílias de baixa renda, contribuem para o desenvolvimento da economia local e para o bem-estar das mesmas. Destacaram que o Programa melhora, mesmo que minimamente, a renda das famílias assistidas, complementando o orçamento familiar, contribuindo para o aumento na qualidade de vida dessas famílias.

“Depois que eu comecei a receber, melhorou um pouco, às vezes elas (as crianças) queriam uma coisa e não tinha dinheiro, aí comecei a receber, consigo comprar bolacha, leite, essas coisas pras meninas comerem.” (P14)

Foi recorrente o entendimento dos beneficiários de que as mudanças ocorridas em suas vidas estão ligadas especialmente a poder adquirir alimentos. Assim, a alimentação novamente aparece como ponto central. Todavia, o fato da transferência monetária estar na titularidade da mulher, em alguns casos, a torna capaz de fazer um planejamento financeiro para ampliar suas perspectivas e

oportunidades, pois, ninguém melhor que a própria família para definir o melhor uso do dinheiro⁽³⁵⁾.

“O que eu acho é que me ajudou bastante nessa parte. Bolsa Família me ajudou muito, muita coisa mudou depois que comecei a receber. Na parte de educação pude comprar mais materiais de escola, alimentação, parte da estrutura da casa consegui arrumar, aumentei um quartinho para os meus meninos que antes dormia comigo.”(P9)

“É aquilo né o Bolsa Família, hoje pra mim, eu não me vejo sem ele, porque é essencial, é o pouco que pra mim é muito.” (P11)

“... mudou muito por causa assim, é um dinheiro que é pouco para quem tem bastante e agora a gente que passa dificuldade é muita coisa.” (P5)

“Voltei até estudar, estou desempregada mais to estudando. Porque ajuda, não preciso me preocupar. Eu tinha parado na 8ª série, conclui o 8ª aí fui para o 1ª, fui firme aí me mandaram embora de onde eu trabalhava, aí fiquei desanimada mais eu não podia parar, aí comecei a fazer faxina, aí eu saio da faxina e vou direto pra escola, as vezes não dá nem tempo de passar em casa. Eu quero terminar, quero um serviço melhor para mim, porque eu sei que eu sou a estrutura pra eles, estão todos crescendo e eu sou modelo pra eles, sou a base. Que nem eu falo para eles se eu não estiver aqui como vai ser?”.(P1)

Nos relatos das entrevistadas foi possível perceber que em sua subjetividade concebem o PBF de diferentes formas. O segundo relato deixa claro que o valor recebido está incorporado na vida desta beneficiária, considerando-se que a mesma o recebe há 15 anos, e mesmo assim, não visualiza sua vida sem o mesmo. Isso nos faz refletir sobre a situação de dependência gerada pelo programa uma vez que não está considerando a temporalidade do benefício, sua fiscalização bem como a ausência de um sistema de articulação entre as políticas que contemple a integralidade do atendimento.

Em contrapartida, no relato da entrevistada P1, observa-se o quão importante tem sido o benefício, para seu desenvolvimento pessoal. O pouco tempo de recebimento, cerca de dois anos, nos leva a questionar que fatores determinam os diferentes caminhos assumidos por cada beneficiário?

4.5 Porta de entrada e/ou porta de saída: possibilidades do Programa Bolsa Família

Sabe-se que o Programa Bolsa Família constitui uma importante porta de entrada para a cidadania e inclusão através de políticas sociais, especialmente a saúde, educação e assistência social. Apesar disso, o programa prevê mecanismos chamados porta de saída, com o objetivo de prover capacitação aos beneficiários para que estes consigam empregos ou renda próprias⁽⁴⁴⁾.

Segundo o Decreto nº 6.392, de 2008⁽⁸⁰⁾ - Art. 21, a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família tem caráter temporário e não gera direito adquirido, sendo obrigatório a revisão da elegibilidade das famílias a cada dois anos. Diante da temporalidade do benefício os entrevistados foram questionados sobre o que pensam dessa situação.

“Olha (o benefício) vai fazer falta, mas a gente tem que pensar nisso sim. Eu faço faxina né, e eu estou procurando serviço para ver se consigo registrar, e quando eu registrar eu venho aqui e cancelo.” (P1)

“Tem que estar preparada sim. Penso em trabalhar mais ainda.” (P2)

“Não estou preparada para deixar de receber. A gente tem que pensar em se organizar né, por que vai fazer o que, o que a gente vai poder fazer? Eu acho que vai ter famílias que vai passar muita dificuldade por causa disso.” (P5)

“A gente sabe que uma hora ou outra, vai ser cortado que não vai ter mais, mas a gente vai é sentir muita falta, porque não tem né. Ah nem sei o que eu vou fazer se perder. Imagina, porque muitos aí falam que vai ser cortado o Bolsa família, porque a Dilma vai sair, não sei como, mas falam. Mas imagina se um dia acontecer isso, nossa senhora, muita gente vai ficar difícil meu pai do céu.” (P12)

Diante desses relatos observa-se que as beneficiárias demonstraram ter consciência da temporalidade do programa e apesar de inseridas em um programa que visa a emancipação das famílias, poucos tiveram incentivo na busca de estudos ou até mesmo no acesso ao mercado de trabalho.

Segundo Bueno⁽⁸¹⁾, o trabalho faz parte das necessidades humanas e surge com o próprio homem que precisa trabalhar para sobreviver. O autor⁽⁸¹⁾

citando Karl Marx, reflete que todos os animais trabalham para sobreviver, mas o homem é o único que modifica a natureza por meio de seu trabalho, segundo suas necessidades. O trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Ressalta que o trabalho é uma condição necessária para que o homem seja cada vez mais livre e mais dono de si próprio. Alguns relatos nos fazem refletir sobre o sentido do trabalho para o homem.

“Eu passo apuro, eu corro para onde? Aqui para Assistente Social do CRAS. Não tem as coisas lá em casa, fico até com vergonha, ela faz um papel e eu busco cesta. Eu preferia não receber a Bolsa Família e ter um emprego, eu, se eu ganhasse um salário, ia fazer muito mais efeito do que R\$112,00 reais, não precisaria nem ser o salário mínimo, se eu tivesse um salário fixo de R\$ 600,00, para mim já estava ótimo, já ajudava bem minha casa, porque eu passo apertado.” (P8)

“Trabalho tá difícil, o BF não permitiu acesso ao trabalho não. Na hora que tiver que trabalhar vou trabalhar não é por causa do bolsa família que vai deixar de trabalhar né. Porque as meninas sempre trabalharam.” (P14)

“Voltei até a estudar, estou desempregada mais estou estudando. Porque ajuda, não preciso me preocupar. Eu tinha parado na 8ª série, concluí a 8ª aí fui para o 1ª, fui firme aí me mandaram embora de onde eu trabalhava, aí fiquei desanimada mas eu não podia parar, aí comecei a fazer faxina, aí eu saio da faxina e vou direto pra escola. As vezes não dá nem tempo de passar em casa. Eu quero terminar, quero um serviço melhor para mim, porque eu sei que eu sou a estrutura pra eles, estão todos crescendo e eu sou modelo pra eles, sou a base. Que nem eu falo para eles “ se eu não estiver aqui como vai ser?”. (P1)”

Algumas beneficiárias entrevistadas referem estar preparadas para deixar de receber o PBF ou não encaram como problema a perda do benefício desde que tenham a garantia de um emprego, que lhes dê condições dignas de manter a família.

Para que a situação de dependência do programa não se instale é necessário pensar estratégias que alcancem mais possibilidades de saída, através da elaboração de diagnósticos, planejamento, adoção de projetos, programas e ações, em parceria com outras políticas públicas. O município deve fazer a articulação dos programas existentes nas demais esferas de governo e na sociedade civil para ofertá-los a seus beneficiários. Mas, para que tais ações sejam

efetivas, é necessário identificar programas que considerem a realidade local e as especificidades dos beneficiários.

Segundo Silva *et. al.*⁽²⁵⁾, essa intencionalidade, para que seja materializada, requer que se priorizem e democratizem os programas e serviços sociais básicos, o que significa alterar o quadro conjuntural contemporâneo, dando lugar a uma política de crescimento econômico, de geração de emprego e de distribuição de renda que seja articulada à política social.

Portanto, pensar na inclusão socioproductiva dos beneficiários do PBF é uma estratégia de médio e/ou longo prazos, que leve em consideração um conjunto articulado de ações das três esferas de governo e dos setores não-governamentais. Assim, os gestores devem buscar os parceiros internos e externos que possam contribuir com esse processo.

Pensando-se em estratégias de portas de saída, outras ações como as parcerias e trabalhos articulados com órgãos municipais de qualificação profissional e de emprego e renda, sindicatos de trabalhadores urbanos, Sebrae, Senai, Senac, investimento em educação de jovens e adultos, apoio ao associativismo e a comercialização, criação de mais creches, ações com empresários e cooperativas de crédito entre outras⁽⁴⁵⁾.

“Preparada à gente nunca está, mais a gente encara. Eu estou à procura de serviço. Então penso em me organizar a partir do momento que eu encontrar um emprego que de para eu alimentar meus filhos. ” (P4)

“Ah tem que tá prepara, vai ser difícil, porque com o aumento do desemprego, o emprego não está fácil. Vai ficar difícil depois, se eu parar de receber, é que às vezes eu conto só com esse dinheiro pra comprar alguma coisa. Às vezes a gente tem que estar preparada, mas se corta a gente vai fazer o que. ” (P14)

“Ah com certeza estou preparada pra deixar de receber o BF. Tipo assim eu faço bico, eu trabalho, a gente vai..., eu faço bico, não fico parada, eu sempre faço alguma coisa. Eu só não trabalho pra fora, por causa do meu filho, não tem como deixar ele casa sozinho. ” (P10)

“Coitadinho meu marido, ele trabalha faz “das tripas coração”, para trabalhar, eu é que não estou arrumando mesmo serviço em lugar nenhum, eles tão mandando embora, você sabe um pouco por causa dessa crise né.

Não acho uma faxina, já entreguei papel lá no centro de faxineira, ninguém me ligou até hoje, eu ando com o celular tudo no bolso. Está difícil, se ano que vem continua assim, o Brasil vai afunda. Eles roubam demais, roubam muito da gente. Meu marido foi fazer um bico hoje, pra que, pra ver se ganha o dinheiro hoje pra comprar as coisas...” (P8)

“Estou, to tentando ainda ficar preparada pra deixar o BF, o desemprego está bravo. Não acha emprego, nem na roça, não tem nada, não chega a R\$ 40,00 reais a diária, no sol o dia inteiro, meu Deus! Eu não consigo arrumar nada, mas eu estou entregando currículo, não é possível que esse ano 2016 não vai chamar, misericórdia!” (P8)

Ficou evidente nos relatos a dificuldade de acesso ao trabalho formal. Todavia, algumas entrevistadas exercem funções informais, pois relatam que o BF é um complemento de renda. Segundo Sen⁽⁷²⁾, oferecer às mulheres educação e emprego no sentido de fortalecer sua autonomia, pode ser o primeiro passo para aumentar seu poder de voz dentro e fora da família e permitir sua inclusão em um contexto social que antes as excluía.

Um dos maiores desafios do programa é articular políticas de educação e emprego que possam mudar a vida das pessoas. Sem ações intersetoriais com outras políticas que permitam educação e acesso a emprego, torna-se difícil o empoderamento que fortaleça as famílias em busca de superar essas necessidades.

Apesar da baixa escolaridade dos entrevistados, questionamos se o PBF contribuiu e incentivou na realização de cursos como estratégia para complementar a renda. A maioria relatou não ter realizado cursos pois priorizavam o cuidado de filhos e da casa.

“Nunca, sempre trabalhei só na roça. Nunca tive incentivo para estudar. Eu tive 3 filhos né e depois aconteceu um acidente aí não tem mais jeito. ” (P13)

“Incentivar, até incentivou, mais em casa com 5 filhos para cuidar não tive tempo. Hoje em dia eu acho falta, porque eu vou entrega currículo nem um lugar, por causa que eu estudei até 2ª série, não chama, daí eu tenho que ir trabalhar na roça, se eu for na Roça tenho que sair de madrugada e chegar de noite e não dá para cuidar dos jovens, se eu não cuidar dos jovens, só Jesus. Não fiz curso. ”(P5)

Cabe ressaltar que três entrevistadas mencionaram ter tido incentivos no CRAS para realizar cursos e que futuramente este contribuirá com seu orçamento doméstico.

“ Faço curso de artesanato, está ajudando, gostei muito, apesar de ter começado o artesanato a pouco tempo. Acho que daqui um pouco vou fazer umas coisinhas para poder vender. ” (P7)

“Já, fiz um curso de computação. Tive incentivo para estudar, através dos programas que eu participo no CRAS”. (P9)

“Eu fiz curso sim, no CRAS, de bordado em chinelo, bordado em tecido. Tive incentivo sim. ” (P12)

Como dito anteriormente, apesar do município de Mogi Guaçu não dispor de mecanismos de acesso para as famílias mais vulneráveis do Programa., cabe ressaltar o papel da sociedade civil na gestão do PBF como contribuição para uma maior transparência das ações do Estado. Essa participação se dá através da comissão de Controle Social exercido junto aos conselhos municipais de Assistência Social, que tem como um dos objetivos, acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas que favoreçam a emancipação das famílias beneficiárias do PBF⁽⁸²⁾.

Ações como os programas complementares de alfabetização de adultos, a capacitação das famílias beneficiárias para que possam garantir sua própria subsistência e autonomia, ainda não se refletem no município para a superação da pobreza. É importante divulgar à população local os programas complementares ao PBF que deveriam ser desenvolvidos no município. Além disso, identificar⁽⁸²⁾ as potencialidades para a criação e implementação de programas próprios, observando-se as características do município e as necessidades da população.

Por fim, existe uma ampla discussão em relação tanto aos critérios de elegibilidade ao programa quanto às respectivas regras de saída. Segundo Cobo⁽⁸³⁾, a elegibilidade ao programa se dá por meio da renda autodeclarada, com o número de beneficiários sujeito às cotas municipais definidas em função da estimativa de pessoas e famílias pobres. O Brasil é o único país a adotar esse tipo de critério, enquanto outro país latino-americano adota um indicador a partir de variáveis (analfabetos, tipo de saneamento básico, posse de bens duráveis, etc.). Porém, as

regras de saída do Programa não são claras, fazendo-se necessário uma ampla discussão sobre as estratégias de saída, que implicam na manutenção de um cadastro atualizado, pesquisas e acompanhamentos dos beneficiários⁽⁸³⁾.

4.6 Qualidade de vida

Segundo Minayo *et. al.*⁽⁴⁹⁾ a noção de qualidade de vida é eminentemente humana e tem sido aproximada ao grau de satisfação com a vida familiar, amorosa, social e ambiental. Pressupõe uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo é polissêmico e reflete conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades em variadas épocas espaços e histórias diferentes, portanto trata-se de uma construção social e cultural⁽⁴⁹⁾.

Por se tratar de um conceito subjetivo que diz respeito a valores e a própria condição de vida diante do lugar que se ocupa na sociedade, ao serem questionadas sobre o que entendem por qualidade de vida, observou-se no repertório das entrevistadas que as categorias recorrentes foram: alimentação, trabalho, renda, saúde, educação dos filhos. Todos esses fatores mencionados, ligados à qualidade de vida são direitos básicos fundamentais à sobrevivência do ser humano, fatores objetivos e palpáveis.

“Hoje para mim é ir no mercado e poder compra as coisas, porque era difícil até mesmo comprar uma fruta. Isso é qualidade de vida poder comprar uma fruta. Agora no final do mês vou levar minha filha em uma loja para ela comprar um tênis, porque ela está precisando e assim vai ajudando.” (P1)

“É saúde, para trabalhar. Para mim qualidade de vida é ter bastante saúde, para mim e para os meus filhos.” (P6)

“Primeiramente à saúde, e eu acho que assim ó, um alimento bem-sucedido, ter um café da manhã, ter um almoço, um cafezinho à tarde, eu acho que tudo isso ajuda na qualidade de vida” (P4)

“Tem que ter muito dinheiro pra viver bem né. Uma casa para morar, ter dinheiro para pagar as contas, que está meio difícil, é ter coisa melhor né. Uma vida melhor, ter uma casa, um bom emprego, para erguer mais na vida.” (P14)

Um aspecto relevante é que o entendimento das beneficiárias sobre qualidade de vida é decorrente de fatores culturais, socioeconômicos, expectativas e realidades. Observou-se também em alguns relatos que as expectativas, sonhos e satisfação pessoal, estão vinculadas as necessidades da realidade vivida por essas beneficiárias. Em alguns casos observa-se que para estas, qualidade de vida é poder dar melhor alimentação e educação para os filhos.

“Qualidade de vida é dar uma educação boa para os meus filhos, alimentação adequada, é dar aquilo que meus filhos precisam.” (P11).

“Ah assim, eu penso nos meus filhos, o melhor para eles, então se eu procuro colocar ele em curso, pra mim faz bem deixar ele no curso. Que ele cresce nisso...” (P10).

Tal fato pode ser explicado pelo perfil socioeconômico dessa população, com baixa escolaridade e renda, e excluída do mercado formal de trabalho. Nesse sentido, a necessidade da busca pelo benefício pode ser comprovada pelos relatos abaixo:

“É tudo, é ter assim, na parte de alimentação melhor, antes não tinha, era mais o básico do básico mesmo. Com o bolsa família me ajudou bastante, igual assim, minhas crianças comem do bom e do melhor para eles, frutas, verduras. Isso é qualidade de vida.”(P9)

Qualidade de vida pra mim, é poder dar o sustento para minha família, pros meus filhos, não deixar faltar o que comer, poder pagar as contas de água, força, essas coisas pra mim já é né. Ter a nossa casinha, que a gente tem mais é financiada.”(P7)

“Qualidade de vida que eu acho, é dormi bem, dormi bem sem preocupação de conta. Dormi bem, sabendo que amanhã você tem o que comer, esses dias eu não tinha, não Deus o livre, não gosto nem de pensar, espera Deus que não volte mais. Dormi bem é você pensar assim, nossa amanhã não vai cortar minha luz, nossa, esses dias mesmo ia cortar minha luz, ai Graças a Deus recebi o bolsa dia 19, ai fui lá e paguei. Dormi bem é você não ter preocupação.”(P8)

Buss⁽⁸⁴⁾, enfatiza a importância da intersectorialidade como política de promoção da qualidade de vida, além da participação e empoderamento com o intuito de valorizar a capacidade crítica e reflexiva dos agentes sociais diante do

contexto e dos determinantes econômicos, sociais, culturais, ambientais em saúde e Políticos.

A qualidade de vida, segundo Campos *et. al.*⁽⁸⁵⁾ pode ser influenciada pelas condições de infraestrutura, logística e serviços públicos, mas ações como investimento em políticas e serviços como educação, geração de empregos, acesso aos serviços de saúde e criação de programas direcionados à população são ações diretas que podem proporcionar melhor qualidade de vida. Todavia, percebe-se carência de ações como estas, voltadas às necessidades das beneficiárias, no sentido de empoderá-las.

“Qualidade de vida é a gente procurar alguma coisa para sobreviver, trabalhar alguma coisa para ajudar”(P2)

“Eu dou muito valor assim pra coisas públicas, porque isso ajuda muito. Porque eu dou muito valor no bairro que eu moro, no que tem no meu bairro. Que nem esses programas que tem lá, isso ajuda muito as famílias. Coisas que tem no bairro eu dou muito valor. Escola, isso ajuda muito, até as crianças da valor nisso.” (P10)

“Qualidade de vida é sair do aluguel, acho que se eu não pagasse eu teria uma vida muito mais tranquila, eu pago R\$600,00. Tem vez que meu marido faz um bico que a gente consegue pagar uma força, paga uma deixa duas, então é assim que a gente vai vivendo, porque o aluguel a gente vai ter que pagar, porque se eu não pagar vai morar onde? Meus filhos não têm idade para trabalhar.” (P5)

A situação de pobreza em que vivem as mulheres entrevistadas se torna um obstáculo ao desenvolvimento da capacidade e a possibilidade em suprir suas necessidades vitais, especiais e sociais, porém pode-se perceber em relação à qualidade de vida, uma conquista dessa capacidade, pois depois que as mesmas passaram a ter um benefício em forma de renda monetária, de certa forma conseguem ter suas necessidades supridas. A maioria mencionou o poder de compra e uma certa satisfação que advém disso, seja por minimizar as mazelas sociais que as afligem no dia-a-dia ou pela qualidade de vida que lhes foi proporcionada.

Segundo Rego *et. al.*⁽²⁴⁾, o recebimento da renda monetária regular traz consigo transformações éticas, sociais e políticas indispensáveis, trazendo a

garantia à manutenção da vida. Nesta lógica, vale ressaltar que a noção de qualidade de vida para algumas beneficiárias está muito ligada a questão da sobrevivência, pois trazem questões que configuram em estratégias que revelam as capacidades de enfrentar a pobreza por meio de práticas cotidianas.

Segundo Silva⁽⁸⁶⁾, é um exercício complexo compreender as famílias em seu cotidiano, principalmente porque estas mudam, reorganizam-se, produzem e reproduzem novas formas de viver e a partir do momento que constatarem também que a questão monetária é fundamental, estabelecem em seu cotidiano um movimento de luta.

Ao se falar em estratégias de sobrevivência esta se dá dentro do concreto na existência das pessoas. O contexto de vida em que as famílias estão inseridas leva o sujeito a ser criativo na superação das adversidades advindas da desigualdade e pobreza. Lutam, reinventam a vida a partir dos recursos que dispõem⁽⁸⁶⁾. Segundo as entrevistadas o benefício, contribuiu para reduzir algumas vulnerabilidades influenciando na melhoria de educação e alimentação, como observamos nos relatos abaixo, já mencionados anteriormente mas agora com novas considerações.

“Qualidade de vida é dar uma educação boa para os meus filhos, alimentação adequada, é dar aquilo que meus filhos precisam.”(P11)

“É tudo, é ter assim, na parte de alimentação melhor, antes não tinha, era mais o básico do básico mesmo. Com o bolsa família me ajudou bastante, igual assim, minhas crianças comem do bom e do melhor para eles, frutas, verduras. Isso é qualidade de vida.”(P9)

“Hoje para mim é ir no mercado e poder compra as coisas, porque era difícil até mesmo comprar uma fruta. Isso é qualidade de vida poder comprar uma fruta. Agora no final do mês vou levar minha filha em uma loja para ela comprar um tênis, porque ela está precisando e assim vai ajudando.” (P1)

A renda regular em dinheiro é um importante instrumento de autonomia individual e política, considerando-se o princípio do sistema econômico capitalista que não oferece de forma igualitária as ferramentas mínimas para o exercício da cidadania⁽²⁴⁾.

Considerando-se as condições socioculturais das beneficiárias entrevistadas, o programa teve papel importante na mudança de patamar de vida de suas famílias, como a qualidade da alimentação e o bem-estar proporcionado pelo benefício.

“O Bolsa família eu acho que veio só pra ajudar, porque tem muita gente que precisa, que nem perto de casa, tem uma moça que tem 4 filhos, está desempregada agora porque ta essa crise e mandaram embora da firma aí eu falei pra ela: vai lá conversar, se ainda não arruma serviço, já é uma ajudinha, porque ela é sozinha também.” (P1)

Como a qualidade de vida é algo que envolve a subjetividade das pessoas, observa-se que o repertório sociocultural dessas famílias impossibilitou que suas expectativas e aspirações estejam além do patamar puramente objetivo, pois o que conseguem nesse momento visualizar são questões palpáveis e concretas de possível alcance. As entrevistadas estão adaptadas a realidade em que vivem e não conhecem o que se encontra além do vivido, devido a características oriundas da situação social, da condição de vida, submetidas muitas vezes a péssimas condições de moradia, alimentação, saúde, salubridade, informação e cultura.

A partir da análise dos dados foi possível verificar que essas famílias passaram a usufruir de condições um pouco melhores, em especial aquelas extremamente pobres, pois puderam ter acesso a uma alimentação um pouco mais saudável. Todavia, além de uma alimentação saudável torna-se necessário que se busquem outras estratégias junto às políticas públicas existentes no município para a superação da situação de pobreza, marcada pela fragilidade nas relações sociais, econômicas e de autoestima. Ações de empoderamento e promoção social se tornam essenciais para que essas famílias consigam galgar patamares mais elevados na garantia de uma melhor qualidade de vida.

Segundo Sposati⁽⁷⁰⁾ a qualidade de vida é o conjunto de acesso a um padrão de vida através de serviços e garantias e envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização do acesso as condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. Sob esta dupla consideração entende-se que a qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição e usufruto da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade, a garantia de um ambiente

de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e a natureza, com o menor grau de degradação e precariedade⁽⁷⁰⁾.

Nessa reflexão, partimos do pressuposto de que uma das características fundamentais dos seres humanos é a necessidade de querer viver bem, de vislumbrar novas condições para melhoria do cotidiano, de tentar superar as condições mais adversas. Neste sentido, é imprescindível que o município realize ações intersetoriais que norteiem o trabalho social com as famílias do PBF e contribuam para seu processo de inclusão e emancipação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transferência de renda é um dos temas que tem se tornado divisor de águas entre os que estudam as políticas sociais, pois além de alterar o mapa da pobreza no país e oferecer um mínimo de dignidade a pessoas subalternizadas, o PBF, ao mesmo tempo, tem proporcionado reflexões sobre as políticas públicas.

Refletir somente o lado negativo e polêmico que o Programa Bolsa Família traz é limitar o programa e desconsiderar sua amplitude e seu avanço na forma de abordar a questão da pobreza, pois trouxe inúmeras transformações, ainda sejam pouco visíveis. Não podemos desprezar a urgência da fome e o quanto essa transferência tem sido eficaz no seu alívio. O estudo evidenciou o olhar das famílias frente as diversas demandas trazidas pelo programa sendo que uma das mudanças ocorridas em suas vidas após o recebimento do PBF foi o acesso a uma alimentação diversificada, com qualidade e o quanto isso se tornou importante na vida em família.

Foi possível identificar a inexistência de esforços articulados intersetoriais para reduzir os diversos aspectos da pobreza como o desemprego, déficits habitacionais, serviços públicos precários, insuficiência de alimentos, ausência de renda, entre outros. No conjunto, portanto as políticas sociais perdem esforços ao ignorar as possibilidades de trabalhar de forma articulada, num sistema bem estruturado de qualidade, enquanto política pública de fato.

É possível afirmar que a população em questão permanece invisível aos olhos das instituições e políticas públicas vigentes, principalmente quando relatam que não tiveram incentivos aos estudos e nem acesso ao mercado formal de trabalho. Portanto não bastam ações pontuais para resolver o problema da pobreza, é necessário que se garanta o acesso da população a serviços públicos de qualidade, com a articulação de programas de transferência de renda e serviços e programas sociais básicos, democratizando o acesso para a população que deles necessita.

O PBF traz consigo um conjunto de efeitos em diversas áreas como economia, saúde, educação, assistência social, essas últimas se efetivam nas condicionalidades, e cada qual com sua importância e potencial para desenvolver o país, porém é compreendido na visão das beneficiárias a importância de cumpri-las

para garantir a manutenção ao benefício. Vale ressaltar que o PBF enfatizou a participação dessas famílias no processo educacional de seus filhos e um maior acesso ao atendimento na saúde observado após o recebimento do mesmo. No entanto cabe discutir a qualidade desses serviços e o valor monetário atribuído as essas condicionalidades.

O que identificamos é que o acesso às políticas públicas não tem se formalizado num sistema de informações articulado e integrado que permitam retratar a condição real de vulnerabilidade dessas famílias beneficiárias. No entanto para que a situação de dependência ao PBF não se instale e as vulnerabilidades dessas famílias sejam supridas o país necessita, por exemplo, ter um banco de dados amplo e eficiente, que deve ser alimentado por cada área com o objetivo de planejar políticas públicas articuladas intersetorialmente. Cabe ressaltar que a literatura⁽⁷³⁾ demonstra que o custo do programa é relativamente baixo e as transformações observadas fazem com que o programa seja reconhecido internacionalmente, porém em longo prazo a articulação e ações com essas e outras políticas podem de fato interferir positivamente em uma sociedade marcada pela desigualdade.

O processo de erradicação ou combate à pobreza é meta e exigência do conjunto de políticas econômicas e sociais e não de uma só política. Ficou evidente a dificuldade em acessar outras políticas como as que visam à garantia de um emprego e renda.

É relevante a importância do PBF na vida das entrevistadas, sendo impossível ignorar, até por razões morais, humanas e políticas, o que o programa representa para essas famílias beneficiárias, principalmente por ter o seu foco no combate à fome e à pobreza.

O que podemos perceber e questionar com este estudo decorrente da vasta literatura encontrada sobre o programa, é o fato do PBF não ter sido acompanhado de mudanças estruturais nos sistemas de proteção social, mudanças que pudessem resistir possíveis alterações partidárias na gestão das políticas públicas.

Sentimos a necessidade de refletir o programa enquanto política de estado e não de governo. A inércia do Estado frente aos múltiplos problemas das

famílias faz com que se acirre mais as desigualdades e aumente a pobreza. Contudo, a desigualdade, social e econômica, em que estão inseridas essas famílias revela que o desenvolvimento social só será alcançado quando todas as formas de barreiras forem superadas por meio da construção de ações públicas que fortaleçam as famílias e garantam a sua dignidade.

Há quem considere que o programa seja “populista e eleitoreiro”, outros o enxergam como uma forma de equiparar a desigualdade social que aflige a vida de muitas famílias pobres no Brasil. Talvez a transferência de renda seja a forma de se entender o “dividir para somar”. A população mais pobre está carente, de serviços e com qualidade, carente de ter voz. É preciso ir além quando se pensa em planejar o futuro de uma sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Mesquita CS. O programa bolsa família: uma análise de seu impacto e significado social [Dissertação]. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília - UnB; 2007.
2. Yazbek M. Estado e políticas sociais. Praia Vermelha [Internet]. 2008 10 ago. 2016 18(1). Available from: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14308.pdf>.
3. Santana EP, Silva JAS, Silva VS, editors. Histórico da Política de Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. I ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHO, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL; 2013; Centro de Convenções de Maceió. Maceió.
4. Jesus FF, Silva MC, Ventura VCB. Políticas Públicas e Programas de Transferência de Renda: O impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF) na vida dos idosos residentes nas cidades de Cachoeira e São Félix-BA. Cruz das Almas/BA: Ed. UFRB; 2012.
5. Sposati A. Proteção Social de Cidadania: Inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez; 2004.
6. Brasil. Ministério Público do Estado de Goiás. Texto produzido para a Capacitação Regional de Conselheiros Estaduais e Municipais de Assistência Social. Histórico da Política de Assistência Social. Goiás: Agosto de 2000.
7. Brasil. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: 1993.
8. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: 2004.
9. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.
10. Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB SUAS). Brasília: 2006a.

11. Correia MV. Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2000.
12. Brasil. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Diário Oficial da União; 2009.
13. Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: : MDS/SNAS; 2006b.
14. Moreira NC, Ferreira MAM, Lima AATFC, Ckagnazaroff IB. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. Revista de Administração Pública. 2012;46(2):403-23.
15. Mageste GS, Melo MCOL, Ckagnazaroff IB, editors. Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. V ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD; 2008. Belo Horizonte.
16. Brasil. Ministério da Fazenda. Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira. Brasília: Secretaria de Política Econômica; 2016a. p. 19.
17. Alves CC, Vilela TAS, Rodrigues EP, editors. A Responsabilidade do Estado enquanto provedor de políticas públicas e o Serviço Social: Aspectos Polêmicos. III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAL - CRESS; 2013; Minascentro. Belo Horizonte.
18. Correa MPO. Programa Bolsa Família: uma análise sobre seu alcance e seus desafios [Monografia]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2014.
19. Silva MOS. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2007;12(6):1-24.
20. Brasil. Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. Brasília: 1995.
21. Peres THA. Comunidade Solidária: A proposta de um outro modelo para as políticas sociais. Civitas. 2005;5(1):109-26.
22. Peliano A, Resende LFL, Beghin N. O Comunidade Solidária: uma estratégia de combate à pobreza. Planejamento e Políticas Públicas - IPEA. 1995;12:19-39

23. Silva MOS. O Bolsa Família: Verso Reverso. 1 ed. Campinas: Ed. Papel Social; 2016.
24. Rego WL, Pinzani A. Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania. 2 ed. São Paulo: Unesp; 2014.
25. Silva MOS, Yazbek MC, G. DG. A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez; 2004.
26. Durieux M. Transferência de Renda: Programa Bolsa Família e Cidadania [Monografia]. Brasília: Curso de Especialização em Educação Fiscal e Cidadania, Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF; 2011.
27. Couto BR. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 3 ed. São Paulo: Cortez; 2008.
28. Brasil. Medida provisória n. 132, de outubro de 2003, transformada em Lei n 10.836, de 09 de Janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: 2004.
29. Brasil. Decreto nº 5.209, de 17 de Setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília: 2004.
30. Silva MOS, Lima VFAS. Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos. 2 ed. São Paulo: Cortez; 2014.
31. Santos MCM, Gouveia Junior A, Oliveira PRM, Melo DRA, Souza WAR. A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. Revista de Administração Pública. 2014;48:1381-405.
32. Tavares PA, Pazello ET, Fernandes R. Uma avaliação do programa bolsa família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. Pesquisa e Planejamento Econômico. 2009;39(1):25-58.
33. Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família Brasília: 2015a [29 jun. 2015].

34. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil: medidas pela Pnad/IBGE 2013 São Paulo: Atlas; 2013 [04 jun 2015]. Available from: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf
35. Campello T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: Campello T, Neri C, editors. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA; 2013. p. 15-24.
36. Neri MC. Sistemas de pagamento subnacionais baseados no Bolsa Família. In: Campello T NC, editor. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA; 2013. p. 125-36.
37. Bueno M. As Condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania Rio de Janeiro: Lugar Comum; 2009; n. 29, 33-46. [20 abr 2017]. Available from: http://www.uninomade.net/wp-content/files_mf/.
38. Senna MCM, Burlandy M, Monnerat GL, Schottz V, Magalhaes R. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? Rev Katálysis. 2007;10(1):86-94.
39. Ávila MP. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? Revista de Ciências Sociais. 2013(38):105-22
40. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Cadastro Único Brasília: 2016b [13 set. 2016]. Available from: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>.
41. Brasil. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. In: Casa Civil, editor. Brasília: 2007.
42. Coutinho DSR. O programa Bolsa Família – Evolução e efeitos na redução da pobreza. 1 ed. Curitiba: Appris; 2016.
43. Denubila LA, Ferreira MAM, Monteiro DAA. Programa Bolsa Família: análise da trajetória dos indicadores sociais em Minas Gerais. XXXIV ENANPAD. Rio de Janeiro: Livro de resumos - Anpad; 2010. p. 1-15.

44. Sousa D, Brito AFM, editors. Os Mecanismos de “Portas de Saída” do programa Bolsa Família e as perspectivas dos beneficiários no município de Caturité, Paraíba. VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS; 2015; Universidade Federal do Maranhão: Livro de Resumos.
45. Cruz MCMT. Observatório do Programa Bolsa Família do Estado de São Paulo: Situação de Gestão. II CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA – Painel 19: Implementação de processo de monitoramento e avaliação dos programas de transferência de renda São Paulo: Livro de resumos; 2007. p. 1-34
46. Magalhães Junior HM, Jaime PC, Lima AMC. O papel do setor saúde no programa Bolsa família: Histórico, resultados e desafios para o sistema único de saúde. In: Campello T, Neri C, editors. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA; 2013. p. 93-107.
47. Dantas H. Porta de saída do Bolsa Família existe, mas ainda é estreita: depoimento. In: Lima L, editor. Último Segundo. São Paulo: IG; 2013.
48. Soares S, Satyro N. O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, impactos e possibilidades Futuras. Brasília: IPEA; 2009.
49. Minayo MCS, Hartz ZMA, Buss PM. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva. 2000;5(1):7-18.
50. Rocha SF, Soares JL, Reis JGA, Cardoso J. Análise da qualidade de vida dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Porto Velho. Revista Pesquisa & Criação UNIR. 2011;10(2):59-73.
51. IBEG. Atlas Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. São Paulo: 2017 [25 mar 2017].
52. Brasil. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Educação. São Paulo: 2016 [12 Out. 2016.].
53. Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Brasília: 2006c.
54. Minayo MCS. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 9 ed. São Paulo: Hucitec; 2006.

55. Turato ER. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev Saúde Pública*. 2005;39(3):507-14.
56. Gil AC. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas; 2010.
57. Fontanella BJB, Ricas J, Turato ER. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Caderno de Saúde Pública*. 2008;24(1):17-27.
58. Bardin L. *Análise de Conteúdo*. 70 ed. Lisboa/Portugal: Revista e Atualizada; 2010.
59. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Consulta e Extração de informações do Cadastro único – CECAD. Brasília: 2016c.
60. Brasil. P. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria e Comunicação da Presidência da República Brasília: 2017 [25 mar 2017]. Available from: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/01/mulheres-correspondem-a-93-dos-titulares-do-bolsa-familia>.
61. Nascimento MAC. Tempo de bolsas: estudos sobre programas de transferência de renda. Campinas: Ed. Papel Social; 2015.
62. Traldi DRC, Almeida LMMC, Ferrante VLSB. Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. *Revista Interações*. 2012;13.(1):23-37.
63. Soares S, Leichsenring AR. Precariedade Laboral, Volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa Família. In: Castro JA, Modesto L, editors. *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios*. Brasília: Ipea; 2010.
64. Szymanski H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Serviço Social & Sociedade*. 2002;71:9-25.
65. Alvares CL, Filho JM. O Serviço Social e o trabalho com famílias. *Revista serviço social & Realidade*. 2008;17(2):9-26.
66. Sposati A. Estudo da Capacidade Protetiva das Famílias Beneficiárias de Programas Federais de Transferências de Renda em Regiões Periféricas Metropolitanas. Brasília: MDS; 2011. 18 p.

67. Sá MOL, Silva LB. Uma análise da aplicação do Programa Bolsa Família (PBF) no Município de São Bentinho/ PB. Salvador: ENAPG 2012. Livro de Resumos; 2012 [08 ago 2016]. Available from: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG387.pdf.
68. Weissheimer MA. Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo; 2006.
69. Fleury S. A seguridade social e os dilemas da inclusão social. *Revista de Administração Pública*. 2005;39(3):449-69.
70. Sposati A. Mínimos sociais e seguridade: uma revolução da consciência da cidadania. *Revista Serviço Social e Sociedade*. 1997;XVIII(55):9-38.
71. Martins G, Freire VL. Mínimos Sociais: necessidades básicas ou direitos de cidadania? 18 ed. São Paulo: Zeppeline; 2005. Available from: http://www.filantropia.org/informacao/962-minimos_sociais_necessidades_basicas_ou_direitos_de_cidadania.
72. Sen A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras; 2010.
73. Craveiro CBA, Ximenes DA. Dez anos do Programa Bolsa Família: Desafios e Perspectivas para a Universalização da Educação Básica no Brasil. In: Campello T, Neri M, editors. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea; 2013. p. 109-23.
74. INEP - Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise de diferenças, a partir da PNAD. Na Medida [Internet]. 2011 19 de out 2016; 3(6):[25 p.]. Available from: http://download.inep.gov.br/publicacoes/2009/boletim_na_medida/Boletim_Na_Medida_6.pdf.
75. Brasil. Cidadania e Justiça. Bolsa Família aumenta acompanhamento da frequência escolar Brasília, DP: Portal Brasil; 2016 [cited 16 ago 2017]. Available from: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/11/bolsa-familia-aumenta-acompanhamento-da-frequencia-escolar#acontent>.

76. Brasil. Ministério do desenvolvimento social e Agrario. Sistema único de Assistência social - SUAS. Bolsa Família completa 12 anos com primeira geração de crianças livre da fome e na escola: Com acesso à educação e à saúde pública, crianças pobres que nasceram junto com o programa vivem realidade diferente dos pais, com mais oportunidades Brasília, DF: InfoSUAS; 2015 [16 ago 2017]. Available from: http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_infosuas/2015/0utubro/boletim_infosuas_20102015.html.
77. Brasil. Resolução Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 15 de 5 de Junho de 2014. Orienta os Conselhos de Assistência Social – CAS quanto à sua organização e ao seu funcionamento como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família (PBF). Brasília, DF: Diário Oficial da União - Seção 1 no. 110; 2014.
78. Romão WM, Orsi RA, Terence ACF. Estudos em Política Pública: Cidadania, desenvolvimento e Controle Social. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2014.
79. Rosinke JG, Heck CR, Dalfovo WCT, Ruscheinsky A. Efeitos sociais e econômicos para o desenvolvimento local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop-MT no período de 2004 a 2009. Revista Interações. 2011;12(1):77-88.
80. Brasil. Presidência da Republica. Decreto nº 6.392, de 12 de março de 2008. Altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Brasília. 2004.
81. Bueno C. O Trabalho e o homem - O ser humano é o único que consegue transformar a natureza através de seu trabalho. Revista Pré-Univesp Universo [Internet]. 2017; (6). Available from: <http://pre.univesp.br/o-trabalho-e-o-homem#.WSWleOvyUk>.
82. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Guia de Atuação das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família. 2 ed. Brasília, DF. 2010.
83. Cobo B. Política focalizadas de transferência de renda: cotextos e desafios. São Paulo: Ed. Cortez; 2012.
84. Buss PM, editor Promoção da saúde no Brasil. I SEMINÁRIO BRASILEIRO DE EFETIVIDADE DA PROMOÇÃO DA SAÚDE; 2005: Rio de Janeiro.

85. Campos MO, Neto JFRN, Silveira MF, Neves DMR, Vilhena JM, Oliveira JF, et al. Impacto dos fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis na qualidade de vida. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. 2013;18(3):873-82.
86. Silva LMP. Um estudo das estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza [Dissertação]. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros; 2011.

ANEXOS

ANEXO I **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

“Programa Bolsa Família e Qualidade de vida sob o olhar de Beneficiários de um município do interior de São Paulo”

Pesquisadora: Poliana Aparecida de Arruda
Número do CAAE: 46939215.9.0000.5404

Você está sendo convidado a participar como voluntária de um estudo. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se você não quiser participar ou retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo.

Justificativa e objetivo:

A pesquisa “Programa Bolsa Família e Qualidade de vida sob o olhar de Beneficiários de um município do interior de São Paulo” será realizada com beneficiários do programa, referenciadas ao CRAS zona leste. O objetivo desta investigação foi conhecer o olhar dos beneficiários e a repercussão do Programa Bolsa Família na sua qualidade de vida. Os resultados dessa pesquisa poderão ajudar os profissionais a planejar diferentes formas de atendimentos, ações e estratégias às famílias beneficiárias.

Procedimentos:

A pesquisa será realizada por meio de uma entrevista com a responsável familiar do Benefício Bolsa Família (PBF). A entrevista deverá levar em torno de 30 minutos, por isso, será realizada apenas com o responsável familiar beneficiário que está inserido no cadastro único que apresentem tal disponibilidade.

A entrevista será gravada com o consentimento da entrevistada e não haverá nenhuma identificação dos sujeitos participantes. Após o término do projeto as gravações serão destruídas.

Desconfortos e riscos:

Não há riscos previsíveis. É possível que haja desconfortos em relação ao tempo despendido na realização da pesquisa, que será de, aproximadamente, 30 minutos e/ou constrangimento no momento de responder às questões.

Benefícios:

Não há benefícios diretos, porém os resultados dessa pesquisa poderão ajudar os profissionais a planejar outros tipos de atendimentos e estratégias às famílias. Os resultados poderão ser utilizados para ensino, apresentações e publicações científicas sobre o assunto.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento:

O participante não terá nenhum gasto financeiro e não haverá nenhum tipo de pagamento ou ressarcimento para aqueles que aceitarem participar. A pesquisa será aleatória baseada na ordem espontânea de chegada ao CRAS para algum tipo de atendimento e que se dispuser a participar da pesquisa, portanto não haverá gasto adicional com transporte até o CRAS.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Poliana Aparecida de Arruda, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS LESTE, localizado à Rua: Arlindo de Oliveira, 100; CEP 13848-068 Mogi Guaçu – SP, pelo telefone (19) 3831-7641 ou pelo e-mail: poliana.arruda@hotmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você pode entrar em contato com a secretária do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICAMP: Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP 13083-887 Campinas – SP; telefone (19) 3521-8936; fax (19) 3521-7187 ou pelo e-mail: cep@fcm.unicamp.br.

Consentimento Livre e Esclarecido:

Após ter sido esclarecida sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome da participante: _____

Data: ____/____/____.

(Assinatura da participante)

Consentimento para gravação da entrevista:

Eu, _____

☐ concordo com a gravação da entrevista

☐ não concordo com a gravação da entrevista.

Data: ____/____/____.

(Assinatura da participante)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma cópia deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)

ANEXO II

“PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E QUALIDADE DE VIDA SOB O OLHAR DE
BENEFICIÁRIOS DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE SÃO PAULO”

ROTEIRO DA ENTREVISTA**1 – Dados de identificação da participante:**

Idade: _____
Estado Civil: _____
Escolaridade: _____
Profissão: _____

2 – Dados da Família:

Quantas pessoas residem na casa:
Estrutura familiar: ☐ Filhos? Quantos? _____
☐ Pai
☐ Mãe
☐ Esposo/Companheiro
☐ Irmãos
☐ Tios
☐ Avós
☐ Outros? Quem? _____
Quantas pessoas contribuem na renda de sua família:
Renda total da família:

3 – Questões:

1. Porque buscou o benefício?
2. Como soube do benefício?
3. Há quanto tempo recebe o benefício?
4. Qual valor recebido pelo PBF?
5. O que mudou na vida de sua família, depois que passou a receber o BPF?
6. Sabendo que o PBF tem caráter temporário, você está preparado se o benefício for interrompido? Como pensa em se organizar?
7. O PBF complementa a renda?
8. Você teve incentivo a buscar alguma estratégia para complementar a renda?
Realizou algum curso para buscar um preparo no complemento da renda?
9. O que é qualidade de vida para você?
10. O benefício melhorou na educação de seus filhos? Na alimentação? Na saúde?
Permitiu acesso ao trabalho?
11. Outros comentários que queira fazer.